

Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)*

Tania Andrade Lima
Universidade Estácio de Sá
Bolsista/CNPq

As primeiras manifestações de interesse, no Brasil, pela aplicação de técnicas arqueológicas a contextos derivados dos colonizadores europeus e seus descendentes, ou de seus contatos com as populações nativas, surgiram no segundo quartel deste século.

Ao final da década de 30, empenhado na localização das chamadas "casas fortes", construídas no século XVI por Gabriel Soares de Souza em suas penetrações no sertão baiano, Hermann Kruse empreendeu escavações em dois desses fortins, erigidos com finalidades defensivas contra os índios da região. Os resultados dessas pesquisas nunca foram publicados e dela existem apenas relatórios, arquivados no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

A essa mesma altura, no estado do Paraná, Loureiro Fernandes desenvolveu um trabalho pioneiro nos nichos existentes nos íngremes paredões da Serra Negra, em Guaraqueçaba, contendo ossadas humanas e vestígios de selos de argila destinados a vedar as aberturas na rocha. Esses túmulos, muito perturbados, foram interpretados como possivelmente pertencentes a negros quilombolas, porém nenhum reduto passível de lhes ser atribuído foi encontrado nas proximidades. Esta pesquisa não chegou a ser publicada, tendo sido apenas comunicada pessoalmente a Igor Chmyz, que a registrou em um levantamento sobre a arqueologia histórica no estado do Paraná, em 1985 (Dédalo 24:171-97).

Nos anos 40, uma arqueóloga norte-americana, Virgínia Drew Watson, promoveu uma abordagem arqueo-histórica a Ciudad Real do Guairá, antiga vila espanhola quinhentista no oeste do Paraná, publicando seus resultados na *American Antiquity* (1947 13(2):163). Coletando os cacos cerâmicos

* Agradecimentos:
A todos os colegas que gentilmente colaboraram na localização e remessa de muitos dos textos analisados, em particular aos Profs. Alfredo Mendonça de Souza, Igor Chmyz, Klaus Hilbert, Marcos Albuquerque, Maria da Conceição Beltrão, Margarida Davina Andreatta, Paulo Eduardo Zanettini e Pedro Augusto Mentz Ribeiro. A Regina Coeli Pinheiro da Silva, que não mediu esforços na busca de publicações mais antigas ou de circulação restrita, toda a minha gratidão.

aí ocorrentes, filiou culturalmente o material recolhido e abriu caminho para futuros trabalhos nesse povoado.

Já na década de 50, foram feitas escavações na capela do antigo Colégio dos Jesuítas, em Paranaguá, onde atualmente está instalado o Museu de Arqueologia e Artes Populares, sob a orientação de Loureiro Fernandes, visando fornecer subsídios para trabalhos de restauração no prédio, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Tampouco essas pesquisas foram publicadas, tendo sido igualmente registradas por Chmyz (*op.cit.*), que delas tomou conhecimento através de informação pessoal daquele pesquisador. No Rio Grande do Sul, em 1959, o Padre Luís Gonzaga Jaeger, SJ, abriu trincheiras nas missões de São Nicolau, São Luís Gonzaga e São Borja, porém de forma totalmente assistemática, sem jamais ter publicado seus resultados.

De fato, foi apenas no início dos anos 60 que a Arqueologia Histórica emergiu formalmente reconhecida como um campo de pesquisa, através de investigações conduzidas por arqueólogos pré-historiadores em sítios históricos. A disciplina a esta época, fortalecida pelos dispositivos da recém-criada lei n. 3.924, entrava em uma fase de grande dinamismo, com a implementação de pesquisas por todo o país.

Fortemente impregnada da ideologia então vigente nas esferas patri-moniais, cuja concepção elitista e eminentemente arquitetônica de *bem cultural* privilegiava, sobretudo, os "monumentos de pedra e cal", elegeu, como objeto principal de seu interesse, a produção material dos segmentos dominantes. Uma acentuada atração por exemplares da arquitetura colonial determinou, por um considerável intervalo de tempo, os rumos da Arqueologia Histórica no Brasil, que se voltou para a investigação de igrejas, conventos, missões, fortificações, solares, etc.

Profundamente comprometida com os trabalhos de restauração desses monumentos, em geral empreendidos pelos órgãos encarregados da preservação do patrimônio histórico e cultural da nação, enveredou por um caminho bastante atraente e sedutor, mas que acabou por desviá-la, muitas vezes, de seu compromisso maior: a explanação da emergência, da manutenção e da transformação das configurações culturais através dos tempos.

Reduzida, na maioria dos casos, a uma técnica a serviço de outras áreas do conhecimento, como a História e a Arquitetura, foi destituída de todo o seu vigor enquanto ciência social, ao exercer, muitas vezes, apenas a sua feição mais empobrecida. Operando em um nível meramente arqueográfico, não obstante a excelência de vários desses trabalhos, deixou de lado o seu potencial interpretativo, o que a colocou em um plano de relativa marginalidade, entendida por diversos profissionais em atividade no país como um campo *menor*. Negada, por muitos, como uma modalidade da Arqueologia, e desta forma vivendo uma "crise de identidade", viu-se relegada a um papel meramente coadjuvante.

Na década de 60, os primeiros trabalhos efetivamente sistemáticos surgiram no sul do país, nas áreas interioranas dos estados mais meridionais, e no litoral do nordeste. No sul, particularmente no estado do Paraná, o repovoamento do interior, no século XX, determinado pela procura de terras férteis para

o cultivo do café, trouxe à luz as ruínas de antigos povoados. Erigidos por espanhóis, nos primeiros tempos da ocupação, e posteriormente abandonados em decorrência das investidas dos bandeirantes, acabaram despertando a atenção dos pesquisadores, uma vez redescobertos.

No Rio Grande do Sul, em meados da década e no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), começaram a ser investigadas as missões jesuíticas, criando-se, de acordo com a metodologia proposta, a primeira fase cultural referente ao período histórico, a Fase Missões. No nordeste, a essa mesma época, surgiram pesquisas em fortificações e igrejas de Pernambuco, igualmente relacionadas aos primeiros momentos de ocupação do território pelos europeus.

No decorrer dos anos 70, uma outra linha de investigação viria a se tornar bastante significativa, não só no nordeste, mas sobretudo no sul, em decorrência dos trabalhos conduzidos nas missões: o estudo dos contatos inter-étnicos e os conseqüentes fenômenos de aculturação, posteriormente aprofundados na década de 80.

A prática da Arqueologia Histórica no país ficou assim circunscrita, em sua etapa inicial, a esses dois polos: sul e nordeste. O sudeste, apesar do considerável potencial de alguns estados, como Minas Gerais, não se incorporou, em um primeiro momento, a esse campo emergente, salvo alguns registros, feitos por pesquisadores do Rio de Janeiro, de situações de contato entre indígenas e europeus. Nesse estado foram ainda conduzidas numerosas escavações em antigas fazendas de café no Parque Nacional da Tijuca, ao longo de mais de vinte anos, por um grupo da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Esses trabalhos, no entanto, nunca chegaram à etapa conclusiva e seus resultados, até o momento, não foram publicados.

Não é de todo improvável que o desprestígio e a dificuldade da disciplina de construir a própria imagem, em um complexo processo de auto-definição, aliados ao pequeno número de profissionais em ação, tenham sido responsáveis por esses vazios nos estados do norte, centro-oeste e no próprio sudeste.

Em um quadro de total dispersão, os resultados desses trabalhos apareciam pulverizados, em diversos veículos. Alvos de preconceitos e discriminações, recebiam um tratamento diferenciado em reuniões científicas, ora indulgente e paternalista, ora francamente depreciativo.

Ao final de mais de duas décadas, a iniciativa de um órgão estatal reverteria em parte este panorama. Em outubro de 1985, com os objetivos de reunir os profissionais atuantes na área em todo o país, discutir conceitos, métodos, técnicas e apresentar pesquisas em andamento, o então Núcleo de Arqueologia da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória organizou o Seminário de Arqueologia Histórica, realizado no Paço Imperial, no Rio de Janeiro.

Primeiro e único, até o momento, este evento conseguiu reunir a esmagadora maioria dos arqueólogos brasileiros, tendo a Arqueologia Histórica como objeto único de reflexão e discussão. Com cerca de 340 pessoas inscritas, oriundas basicamente de centros de pesquisa arqueológica, órgãos

1. Escavações nas Reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul (repassadas à Universidade); no Paço Imperial, no Rio de Janeiro; na Casa da Fundação do Ouro de Goiás; no antigo cais da Praça XV, no Rio de Janeiro (repassada ao município); na Casa dos Pilões, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (executada pela 6a DR); em Vila Flor, no Rio Grande do Norte (repassada à Universidade); na Praça do Pelourinho, no centro histórico de Salvador; nas fortificações de Santa Catarina. Prospeções na Casa de Banho de D. João VI, no Rio de Janeiro; em Tiradentes, Minas Gerais; no centro histórico de Alcântara, Maranhão; nas dependências do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

2. Realização do I Encontro de Arqueologia do Estado do Rio de Janeiro, em julho de 1988, nas dependências da SPHAN/FNpM, em colaboração com a Sociedade de Arqueologia Brasileira; destinado à discussão de aspectos conceituais da Arqueologia Histórica, para fins

ligados à preservação do patrimônio e à área de Arquitetura e Urbanismo, com 40 comunicações apresentadas e diversas mesas-redondas, resgatou parcialmente a disciplina da inferioridade a que se encontrava reduzida em relação ao campo da pré-história, marcando para ela uma nova etapa.

Este Seminário expôs com crueza a situação da Arqueologia Histórica no país: uma expressiva e até então insuspeita quantidade de trabalhos em andamento, inadequações metodológicas e técnicas, pesquisadores perplexos e emaranhados em suas próprias dificuldades, soluções improvisadas a partir de tentativas e erros, bem como o total (e literal) isolamento dos profissionais em suas trincheiras.

Buscando contornar essas deficiências, alguns especialistas presentes se conscientizaram da necessidade de se tentar transformar a dispersão inicial em uma maior coesão, visando o fortalecimento da área, propondo-se, para tanto, a uma troca mais intensa de informações, promoção de novos encontros, formação de grupos de trabalho, e assim por diante. Os resultados desse evento nunca chegaram a ser publicados e apenas três comunicações foram transformadas em artigos, posteriormente divulgados por revistas especializadas no país.

A própria SPHAN/FNpM, profundamente envolvida na questão em decorrência das contínuas intervenções por ela promovidas em monumentos tombados, em processo de restauro e exigindo a participação de arqueólogos¹, tomou a iniciativa de dar continuidade ao processo deflagrado com a realização do Seminário. Visando clarificar aspectos bastante nebulosos na prática ainda incipiente da disciplina no Brasil, empenhou-se na promoção de encontros, reuniões e criação de comissões² destinados a debater aspectos conceituais, legais e normativos da pesquisa arqueológica histórica e, em particular, as espinhosas questões relacionadas à Arqueologia Subaquática. Esta conduta, respaldada pela Sociedade de Arqueologia Brasileira, marcaria a atuação do órgão na segunda metade dos anos 80, até o seu total desmantelamento e extinção, pelo Governo Collor, em 1990.

Como consequência desse fortalecimento, as reuniões científicas da Sociedade de Arqueologia Brasileira, a partir de 1987, viram-se na circunstância de ter que abrir, forçosamente, um espaço para a apresentação de trabalhos de Arqueologia Histórica, tal a sua expressão quantitativa.

Do ponto de vista qualitativo, a disciplina, embora ainda fortemente atrelada a monumentos, subsidiando trabalhos de restauração ou estudos de tombamento de órgãos patrimoniais, abriu-se para novas perspectivas. Vislumbrou-se o seu potencial para dar voz a minorias étnicas e a segmentos subalternos, oprimidos, desfavorecidos, ou marginais, que não puderam registrar sua própria história; recuperar memórias sociais, reinterpretar a História Oficial, resgatar elementos e práticas da vida cotidiana, sobre os quais normalmente não se escreve, e assim por diante. Campos de batalha, quilombos, simples unidades domésticas, becos urbanos, quintais, caminhos, povoados, fazendas, senzalas, tecnologias de processamento de determinados materiais, entre outros, passaram a ser valorizados como objetos de investigação.

Acompanhando essas novas perspectivas, alguns pesquisadores retomaram antigos trabalhos, na década de 80, redimensionando-os para a dis-

cussão de questões de âmbito mais processual, para a ação de fatores pós-depositivos sobre os sítios, e assim por diante.

Quanto à literatura produzida a partir desses trabalhos, os textos reproduzem, em grande parte, o caráter arqueográfico das pesquisas, com poucas exceções. Estudos descritivos e particularistas, de cunho histórico-cultural em sua grande maioria, acompanhando a tendência da Arqueologia Brasileira à época em que foram escritos, apresentam um perfil que obedece, em geral, a um mesmo padrão: são fornecidos os referenciais históricos nos quais se enquadra o objeto da pesquisa, assim como os geográficos e topográficos. Seguem-se normalmente informações quanto aos métodos e técnicas utilizados em campo e à estratigrafia, bem como dados referentes à funcionalidade, técnicas construtivas e aspectos formais dos sítios. A ênfase da análise recai, quase sempre, sobre o material cerâmico, que via de regra predomina sobre as demais categorias, como metais, vidros, pedras, ossos, entre outros menos frequentes, e restos alimentares. Considerações finais, de natureza interpretativa, dão fechamento aos textos.

Trabalhos que apresentam um comprometimento maior com teoria e método, abordagens processuais, perspectivas mais generalistas, aspectos políticos, ideológicos, estruturais e simbólicos dos fenômenos analisados, ou que encaminham problemas específicos, com uma metodologia direcionada para a testagem de proposições teóricas (Cleland, 1988) são mais recentes e, embora pouco numerosos, escapam a esse padrão, conseguindo transcender o nível meramente informativo e abrindo caminhos para a produção efetiva de conhecimentos.

Cumpra assinalar, entretanto, que grande parte do produto obtido com as pesquisas de Arqueologia Histórica no país encontra-se, atualmente, sob forma de relatórios, constituindo um fardo material não publicado. Por força de restrições contratuais, no caso de trabalhos executados para empresas, por desinteresse dos próprios pesquisadores, pela indisponibilidade de espaço nas publicações especializadas, entre outras razões, esses resultados não são divulgados, privando a comunidade científica e o público em geral das informações obtidas.

Este fato torna-se particularmente grave quando essas pesquisas são financiadas por agências governamentais, subtraindo-se à comunidade científica e à população o devido retorno do investimento por elas feito, com a intermediação do Estado. Por outro lado, há no momento uma expressiva quantidade de artigos no prelo, assim como dissertações de mestrado e teses de doutorado em andamento, mostrando que este quadro tende à reversão e atestando que o campo se encontra em franca expansão.

Em termos de perspectivas futuras, a linha arqueográfica, e por conseguinte eminentemente técnica, deverá se manter, subsidiando, como é o seu papel em muitos casos, a restauração de bens tomados. Entretanto, alguns trabalhos já demonstram que as possibilidades da disciplina transcendem, e muito, essa "Arqueologia de Restauração", que inclusive pode ser enriquecida com a formulação de questões relacionadas a problemas previamente levantados.

Os arqueólogos históricos têm em mãos uma potente ferramenta, com um considerável poder transformador, na medida em que ela é capaz de

de proteção legal do patrimônio. Organização de comissões mistas, interministeriais (Ministério da Cultura/Ministério da Marinha), com a finalidade de debater questões ligadas à possibilidade de comercialização de bens arqueológicos submersos e à normatização da pesquisa subaquática; reuniões e comissões internas, no âmbito da SPHAN, para os mesmos fins, e ainda para a discussão de critérios visando a preservação de bens arqueológicos históricos de grande porte e difícil remoção.

gerar novos conhecimentos que as fontes escritas, por si só, não permitem produzir, desde que se proponha a uma leitura verdadeiramente interpretativa da cultura material. Seu raio de ação inclusive pode ser ampliado, passando a envolver a evolução de sociedades complexas, sua configuração atual e trajetória futura, levantando sempre questões social e politicamente relevantes (Mrozowski 1988).

Freqüentemente acusada de não trazer contribuições, por nada acrescentar ao que já se sabe através dos registros escritos (senão ilustrá-los) e de subsistir às custas de um potencial que nunca se realiza de fato (Leone 1987), chegou a hora da disciplina finalmente justificar a sua existência.

Cria de filiação incerta, ora atribuída à História, ora à Antropologia, vive ainda a ambigüidade de um processo de individuação que não se consuma e não se consumará nunca, enquanto a comunidade não se conscientizar de que esta é uma disputa sem vencedores (ver Deagan 1982). Não se trata de saber qual a orientação teórica mais adequada, entre as duas, mas sim de conseguir utilizar combinadamente, de ambas, os princípios que devem nortear um campo que apresenta objetivos híbridos, buscando a integração da perspectiva histórica à antropológica.

○ seu aspecto mais notável, ímpar, e o único capaz de livrá-la do dilema em que se encontra, é a sua capacidade de, ao dispor simultaneamente do registro documental (subjetivo) e do registro arqueológico (objetivo), ou seja, daquilo que foi escrito e daquilo que realmente foi feito, fazer brotar um terceiro nível de informação, extraído do confronto entre os dois. ○ primeiro, de natureza êmica, e o segundo, essencialmente ético, se utilizados de modo simultâneo e combinado, permitem atingir os domínios cognitivos do comportamento cultural. Esta pode ser considerada atualmente como a linha mais avançada da disciplina e a que reúne condições para torná-la de fato científica. Aí reside precisamente a sua força, tendo em vista que dificilmente esse universo cognitivo é observável no registro arqueológico pré-histórico.

○ forte apelo das pesquisas em sítios históricos junto à opinião pública, que se identifica profundamente com os traços europeus e africanos recuperados, sentindo que ali estão de fato os seus antepassados, é um importante fator de incremento a esse campo. Nesse aspecto se contrapõe à rejeição ostensiva que, inegavelmente, existe em relação à ancestralidade indígena que a Arqueologia Pré-Histórica traz à tona. Bastante distanciado, aquele "outro" pertence a um universo longínquo e exótico, com o qual a sociedade nacional não consegue se vincular. Já o elo de identidade estabelecido com os colonizadores, potencialmente pode vir a se traduzir, no futuro, em diversas formas de apoio para um tipo de pesquisa que em geral padece cronicamente da falta de estímulos, se limitada às populações autóctones.

A preferência que uma expressiva parcela das novas gerações de arqueólogos vêm demonstrando pela Arqueologia Histórica, o reconhecimento do potencial da disciplina para a produção de conhecimentos, o número crescente de pesquisas em andamento, o comprometimento dos profissionais com bases teórico-metodológicas mais sólidas, um maior engajamento político e ideológico dos trabalhos, somados aos fatores acima mencionados, permitem

prever uma notável expansão para o campo da Arqueologia Histórica nos próximos anos, a exemplo do que vem ocorrendo em outros países. Fortalecida diante da comunidade científica e do público em geral, ela certamente haverá de cumprir o seu papel.

(Entregue para publicação em dezembro de 1991.)

Referências Citadas:

- CLELAND, Charles E. Questions of Substance, Questions that Count. *Historical Archaeology*, 22(1):13-17. 1988
- DEAGAN, Kathleen. Avenues of Inquiry in Historical Archaeology. In: M.B. Schiffer (ed.). *Advances in Archaeological Method and Theory*, 5. New York, Academic Press, pp. 151-177. 1982
- LEONE, Mark P. & Constance A. Crosby. Middle-Range Theory in Historical Archaeology. In: S. Spencer-Wood (ed.). *Consumer Choice in Historical Archaeology*. New York, Plenum Press, pp. 397-410. 1987
- MROZOWSKI, Stephen A. Historical Archaeology as Anthropology. *Historical Archaeology*, 22(1):18-24. 1988

BIBLIOGRAFIA DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA BRASILEIRA

ALBUQUERQUE, Marcos. O sítio arqueológico PE 13-Ln. Um sítio de contato interétnico: nota prévia. In: Anais do III Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. *Pesquisas, Antropologia*, n. 20:79-89. 1969

Em caráter preliminar, o A. informa sobre as escavações realizadas na margem continental do Canal de Santa Cruz, em frente ao extremo sul da Ilha de Itamaracá, em Pernambuco. Este local provavelmente corresponde ao ponto onde foi instalada uma feitoria, em 1516, por Critóvão Jacques, e trata-se de um sítio de contato interétnico. Em função de uma expressiva concentração de material arqueológico em superfície (louça européia, cerâmica indígena, cachimbos), disperso ao longo da praia durante a maré baixa, foi selecionado o trecho para os cortes estratigráficos. Aí foi recuperado abundante material cerâmico, pertencente a dois complexos culturais: o europeu e o indígena, com predomínio do primeiro, considerando ser este sítio um local de fixação européia. Nos níveis superiores o material indígena é mais abundante, porém decresce quantitativamente em direção à superfície, ocorrendo o inverso com o material europeu, conforme demonstra a seriação feita. É apresentada ainda uma tipologia da cerâmica indígena.

ALBUQUERQUE, Marcos. Nota sobre a ocorrência de sambaquis históricos e de contato interétnico no litoral de Pernambuco. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, vol. I: 153-158. 1970

O artigo reporta a ocorrência, no nordeste, de sambaquis construídos durante o período histórico, assinalando serem praticamente inexistentes os pré-históricos nessa região, à exceção do Sambaqui da Pedra Oca, registrado por Valentin Calderón. Seu conteúdo, além das carapaças de moluscos, ossos de peixes e restos de crustáceos, é em geral constituído por materiais atribuídos a portugueses ou luso-brasileiros: objetos de metal (talheres, balas, pesos de rede, etc.), cerâmica (louças, painéis de barro, moirangas, tijolos, cachimbos, etc.), e líticos (afiadores para facas, pederneiras, etc.). Suas dimensões são discretas, apresentando uma

altura que não excede 2,50m. Os moluscos consumidos tanto podem corresponder a um mero complemento da dieta, representando uma variação no cardápio, quanto podem constituir o alimento básico de determinados grupos, como por exemplo, militares em campanhas pelo litoral. O texto chama a atenção para a exploração econômica desses sítios, tal como ocorre em relação aos sambaquis pré-históricos, defendendo a necessidade de preservá-los, por representarem aspectos ainda pouco estudados da nossa história.

ALBUQUERQUE, Marcos. *O sítio arqueológico PE 16-Cp (um sítio de contato interétnico)*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. 28p. il.

Nesse artigo o A. relata os trabalhos de localização do chamado Arraial Velho do Bom Jesus, atualmente situado a 6 km da cidade do Recife, e da fortaleza aí construída, por ocasião da invasão holandesa a Pernambuco. A julgar pela planta recuperada no Arquivo Geral do Reino, em Haia, um fosso seco circundava todo o arraial, de tal modo que a sua descoberta poderia indicar o perímetro exato da fortificação, da qual não restaram vestígios.

Escavações realizadas em 1968 e 1969 localizaram o fosso, onde foram reconhecidos 4 níveis estratigráficos: à 1a. camada, húmica, seguiu-se um acúmulo de sedimentos argilosos, resultantes do desabamento das muralhas da fortaleza, erigidas em taipa de pilão. Na 3a. camada, provavelmente correspondente à ocupação, foi recuperado abundante material arqueológico (louça portuguesa do século XVII, cerâmica indígena, objetos de metal, como pregos, balas de mosquete e canhão, facas, além de ossos de animais), aí acumulado com o progressivo entulhamento do fosso por desabamentos, despejo de detritos, etc. Este material foi depositado sobre um sedimento estéril, que compõe a 4a. e última camada, sobre a qual foi construída a fortaleza. Às cerâmicas, analisadas e interpretadas, foi concedido um maior destaque, prevendo-se, à época, a execução de novas campanhas, capazes de fornecer mais subsídios à compreensão do sítio. Esses trabalhos foram efetivamente retomados na década de 80 (cf. Albuquerque & Lucena, 1988).

Há um estudo histórico sobre esta fortificação, feito por Ulysses Pernambucano de Mello Neto em 1975 (*O Arraial Velho do Bom Jesus - crítica de uma fortificação, in Revista do Inst. Arq. Hist. Geogr. Pernamb.*, 47; 155-196), onde ela é minuciosamente descrita, em todos os seus aspectos, a partir de registros documentais, e onde são apontadas as deficiências técnicas e as falhas no projeto para o seu traçado. Quanto ao fosso propriamente dito, as interpretações de ambos os autores são divergentes.

ALBUQUERQUE, Marcos. Escavações arqueológicas realizadas na Igreja Quinhentista de N.S. da Divina Graça, em Olinda (nota prévia). *Clio*, n. III:89-90.

Nessa nota, o A. propõe-se a divulgar as escavações arqueológicas conduzidas na Igreja de N.S. da Divina Graça, erigida no século XVI, na cidade de Olinda (PE). Empreendidas com a finalidade de incorporar novos dados às pesquisas históricas e arquitetônicas, e assim fornecer maiores subsídios aos trabalhos de restauração aí efetuados, as escavações resgataram diversos elementos da cultura material, provenientes de diferentes momentos da trajetória de vida da igreja.

Foram identificados seis pisos de ocupação, correspondentes a seis etapas distintas, sendo o sétimo pertencente à época atual. Quanto aos restos recuperados, foram exumados 110 esqueletos, com diferentes padrões de sepultamento. Fragmentos de colunas e capitéis; imagens de pedra medindo em torno de 1,20m; cachimbos portugueses e holandeses; balas de mosquete (uma delas alojada em um crânio); medalhas em cobre ou prata, algumas contendo relíquias; rosários ou terços em madeira, osso ou vidro, foram ainda encontrados, estando este material, no momento da publicação, em fase de análise.

ALBUQUERQUE, Marcos. Subsídios ao estudo arqueológico dos primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas da Tradição Tupiguarani no nordeste do Brasil. *Clio*, n. 5:105-116.

Retomando as pesquisas da década de 60, o A., empenhado em localizar a Feitoria de Cristóvão Jacques, base comercial-militar portuguesa instalada em 1516 no litoral

norte do estado de Pernambuco, para a qual não se dispunha de vestígios em superfície, prospectou a área em frente à parte sul da Ilha de Itamaracá, com base em informações documentais. Uma série de cortes-testes, executados ao longo de uma extensão de 4 km, permitiram a recuperação dos restos de um sítio de contato euro-indígena, interpretado como sendo efetivamente a referida feitoria.

Escavações sistemáticas aí empreendidas resgataram vestígios, tanto europeus (louças, cerâmicas utilitárias, tijolos, telhas, cachimbos), quanto pertencentes à Tradição Tupiguarani (cerâmica da fase Itapacurá, sub-tradição Pintada). Com base na seriação da cerâmica foram identificados quatro períodos, que possivelmente refletem diferentes modalidades de contato, relacionadas a aspectos econômicos da fixação dos portugueses na região. Neles, o material indígena foi sendo progressivamente substituído pelo colonial, com um decréscimo não só da quantidade, mas também da qualidade, até o seu completo desaparecimento. A cerâmica utilitária colonial, por seu lado, decresceu com a introdução da faiança e da porcelana, substituída, com vantagem, pelas últimas.

ALBUQUERQUE, Marcos. *Contato euro-indígena no nordeste do Brasil - um estudo arqueológico*. Dissertação de mestrado em História apresentada à UFPe, Recife, 154p.

Em dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da UFPe, o A. discute o contato interétnico entre portugueses e indígenas que ocupavam o litoral norte do estado de Pernambuco, nas primeiras décadas do século XVI, a partir dos prováveis vestígios da Feitoria de Cristóvão Jacques, uma base comercial-militar portuguesa instalada em 1516 na Ilha de Itamaracá.

É fornecido um levantamento ambiental da área, ocupada por diferentes grupos nativos, enfatizando-se especialmente os Tupi-Guarani, com os quais os portugueses teriam tido os primeiros e os mais significativos contatos. Dados históricos justificam a necessidade de instalação de feitorias, com o objetivo de guarnecer a costa e garantir o comércio de escravos e pau-brasil.

É apresentado o trabalho de campo e o material aí recuperado: cerâmica tupiguarani e européia (vasilhames utilitários, louças, tijolos, telhas, cachimbos), vidros, metais (balas de mosquete, aros de barril, pregos, facas), ossos animais, entre outros. A análise privilegiou o material cerâmico, por considerar que as suas características plásticas refletem mais facilmente variações de caráter espaço-temporal, utilizando o método quantitativo Ford. O A. conclui que o sítio estudado teve início com o contato entre portugueses e indígenas, distinguindo, através das seriações, quatro etapas de contato. Na última delas é constatada a fixação dos portugueses e o desaparecimento dos indígenas.

ALBUQUERQUE, Marcos & LUCENA, Velela. *Arqueologia Histórica e Restauração de Monumentos (uma experiência interdisciplinar)*. *Boletim do Departamento de História da UFPe*, 1(1):58-61.

Os autores reivindicam, nesse artigo, uma efetiva interdisciplinaridade nos trabalhos de restauração de monumentos, considerando a responsabilidade dos profissionais para com as gerações futuras, no sentido de diminuir cada vez mais a margem de erro nesse tipo de intervenção. Paralelamente às pesquisas históricas e arquitetônicas, deve ser desenvolvida a pesquisa arqueológica, pelos subsídios que ela é capaz de fornecer. Entendendo a Arqueologia Histórica como a técnica arqueológica aplicada ao período histórico, destacam a sua condição de recuperar eventos não registrados historicamente, de resgatar particularidades em situações abordadas genericamente pela História, bem como elementos do cotidiano e peças soterradas há séculos.

Os autores ilustram com suas próprias pesquisas a necessidade da arqueologia acompanhar a restauração de monumentos, destacando os seguintes trabalhos: a recuperação da Feitoria de Cristóvão Jacques, a localização exata do Arraial Velho do Bom Jesus, o estudo estratigráfico da Fortaleza de Orange, as pesquisas nos Montes Guararapes para a implantação do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, a localização e reconstituição do Reduto do Tejucupapo, as escavações na Igreja quinhentista de N.S. da Divina Graça, enfatizando a

necessidade do então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de incentivar o desenvolvimento da Arqueologia Histórica, de modo a ter condições de exigir pesquisas arqueológicas prévias e integradas à História da Arte, à Arquitetura e à História, nos projetos de restauração.

ALBUQUERQUE, Marcos & LUCENA, Veleda. *Forte Real do Bom Jesus - resgate arqueológico de um sítio histórico*. Recife, 72 p. il. 1988

Retomando as pesquisas desenvolvidas no Arraial (Velho) de Bom Jesus, realizadas em 1968 e 1969, os autores expõem os resultados da terceira etapa do trabalho, executada na década de 80. Sua finalidade foi a de avaliar os efeitos da erosão e das atividades antrópicas sobre o fosso do Forte Real do Bom Jesus, que permaneceu a descoberto, ao longo de quase 20 anos. Diante da alteração da estrutura original, visaram sobretudo recuperar a sua primitiva feição e gerar conhecimentos destinados à preservação de monumentos feitos de terra.

No artigo é fornecido um histórico da fortificação, que integrava a linha de defesa criada em torno de Olinda e Recife, para dificultar o abastecimento dos invasores holandeses e impedir o seu acesso às unidades produtivas localizadas no interior, os engenhos de açúcar. Ativado por apenas cinco anos, foi totalmente destruído após a rendição. São discutidos os métodos e técnicas utilizados na pesquisa, a estratigrafia e as estruturas evidenciadas (fosso, muralha, berma, reparo, contra-muralha, fogueira e forno), os artefatos recuperados (material bélico, construtivo, equipamento doméstico e de uso pessoal), bem como os fatores responsáveis pelos danos provocados ao monumento, entre 1969 e 1988, que determinaram a sua descaracterização (efeitos de desgaste e acumulação), sendo sugeridas algumas medidas visando a sua preservação.

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Sousa. Escavações arqueológicas na Missão de N.S. do Desterro de Gramació - Vila Flor, RN. In: Anais da Va. Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. *Revista do CEPA*, vol. 17, n. 20:305-318.

Resultante de um convênio entre a Fundação Nacional pró-Memória e o Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPE, o Projeto Vila Flor dedicou-se ao estudo da Missão Carmelita de N.S. do Desterro de Gramació, instalada no Rio Grande do Norte ao final do século XVII, para catequese dos índios. Parte de um complexo de missões instaladas na costa por diversas ordens religiosas, como jesuítas, capuchinhos e carmelitas, este aldeamento foi desativado em meados do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas e o conseqüente enfraquecimento das demais ordens, transformando-se em Vila Flor em 1768. Tendo como base de sustentação econômica a produção de sal, tornou-se um centro de importância, à época, a julgar pela sua rápida ascensão à categoria de município, pela existência de uma milícia e pela implantação da Casa de Câmara e Cadeia e do Pelourinho, com uma grande demanda de mão-de-obra escrava. Os prédios da antiga Missão foram reocupados pelos proprietários das salinas, que, em função da natureza desse sistema produtivo, se estabeleciam em núcleos urbanos. A riqueza do material encontrado, que inclui porcelanas orientais, dá mostras da prosperidade da Vila, a qual, em virtude de querelas locais, teve sua sede transferida em meados do século XIX.

O projeto, além de se propor à identificação de estruturas arqueológicas na área trabalhada, com a finalidade de dar um tratamento urbanístico à grande praça existente em Vila Flor, tem como objetivo estudar a história da cidade e da região. O espaço da praça foi dividido, para fins de prospecção, em duas grandes áreas (A e B), onde foram recuperadas diversas estruturas arquitetônicas (alicerces de antigas construções, pisos de habitações, calçadas etc.) que permitiram refazer o seu plano original. O A. descreve os procedimentos técnicos e metodológicos utilizados na escavação, a par do material aí resgatado: igaçabas indígenas, cerâmica neobrasileira, lascas líticas, faianças e porcelanas, vidros, moedas, ossos de animais, cachimbos, fusos de tear, entre outros.

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza. *A Faiança portuguesa dos séculos XVI a XIX em Vila Flor, RN*. Dissertação de mestrado em História, apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, 200p.

Em dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da UFPe, o A. analisa a faiança portuguesa recuperada no Sítio Vila Flor, em sua origem um aldeamento carmelita denominado N.S. do Desterro de Gramació, construído no século XVII para catequese dos índios da região.

É feito um histórico das pesquisas no local, seguindo-se uma exposição dos métodos e técnicas adotados em campo que possibilitaram evidenciar, além de diversos alicerces de estruturas arquitetônicas, os seguintes materiais: cerâmica indígena e cabocla, lascas líticas, ossos humanos e de animais, faianças e porcelanas de origem européia e oriental, moedas, utensílios de metal, etc. É apresentada a metodologia empregada no estudo da faiança e um breve histórico expõe as condições do seu aparecimento na Europa e em Portugal, bem como a influência oriental na sua decoração. São reconhecidas duas categorias para a faiança portuguesa: a de uso interno, em Portugal e nas colônias, mais simples, destinada à utilização diária; e a de tipo exportação, de melhor qualidade técnica e maior riqueza na decoração. São descritas as técnicas de confecção, bem como os principais motivos decorativos, fartamente ilustrados, para os quais foi construída uma tipologia. Para as faianças de tipo exportação é proposta uma periodização, definindo-se cinco períodos compreendidos entre a segunda metade do século XVI e o início do século XIX. Foram reconhecidos 114 motivos, sendo 75 do tipo exportação e 39 de uso interno, com base na bibliografia especializada e no próprio registro arqueológico. As principais formas dessa faiança encontram-se reproduzidas no texto.

Enquanto um estudo de caso, é analisada a faiança portuguesa recuperada em Vila Flor, à luz dessas categorias, apresentando-se em planilhas as associações dos motivos decorativos entre si e com as formas ocorrentes. Ao final é constatada uma maior frequência de louças de uso cotidiano na amostra, basicamente pratos e tigelas. As de tipo exportação ostentam uma considerável diversidade de motivos elaborados, ocorrendo porém as mesmas formas, pouco diversificadas. O A. mantém em aberto outras linhas de investigação que poderão, de futuro, trazer maiores contribuições à pesquisa.

ALBUQUERQUE, Velda Lucena de. *Participação da Geografia na interpretação arqueológica*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia da UFPe, Recife, 233p.

Em dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia da UFPe, a A. se propõe a abordar as questões, os métodos e as técnicas utilizadas pela Geografia e a Arqueologia, em uma perspectiva interdisciplinar. São enfocados dois aspectos: a contribuição da Geografia como suporte aos modelos de ocupação do espaço e dinâmica cultural nos estudos pré-históricos; e a estratigrafia de sítios arqueológicos, vista sob uma ótica processual. Neste último, é discutido um sítio histórico do período correspondente ao domínio holandês em Pernambuco: o Forte do Arraiá Velho do Bom Jesus ou Forte Real do Bom Jesus, sem evidências em superfície, tendo sido seus vestígios localizados com base em dados documentais (históricos), cartográficos, do conhecimento comum e arqueológicos (estratigráficos).

No texto são colocados os objetivos da pesquisa neste sítio, os métodos e técnicas utilizados, a natureza do registro arqueológico, sua inserção na topografia e a estratigrafia reconhecida. Como o trabalho se propõe a enfatizar a estratégia estabelecida para a interpretação estratigráfica, são minuciosamente descritas e interpretadas as camadas identificadas através das escavações, ao lado de considerações feitas em maior profundidade sobre esta questão.

ANDRADE LIMA, Tania. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas. *Clio*, 1989, Série Arqueológica, 5:87-99.

Em trabalho originalmente apresentado ao Seminário de Arqueologia Histórica (1985), a A. procura conceituar o tema proposto para o encontro, discutindo em primeiro lugar a Arqueologia, na sua perspectiva mais ampla, e em seguida a Arqueologia Histórica,

enquanto uma das suas possíveis especializações. São analisados os diferentes rótulos atribuídos a este campo de investigação, discutindo-se expressões como "Arqueologia de Sítios Históricos", "Arqueologia Industrial" e "Arqueologia Urbana", que merecem um exame crítico antes de serem sumariamente adotadas, no caso brasileiro. Mais que um método ou uma técnica a serviço da História, a disciplina, enquanto ciência social, deve ser exercida em toda a sua plenitude, sob pena de ser reduzida aos seus aspectos menos significativos.

São expostos diversos métodos e técnicas que vêm sendo empregados com sucesso em outros países, discutindo-se a complexidade da formação dos registros arqueológicos históricos e a necessidade da sua interpretação adequada. É apresentado o potencial informativo de materiais como louças, vidros e restos alimentares, além de depósitos, como lixeiras, capazes de revelar importantes aspectos das sociedades que os utilizam ou acumulam.

Para encerrar, a A. delimita o campo de estudos da Arqueologia Histórica Brasileira, propondo o seu desdobramento em dois subcampos: Arqueologia Colonial (etapa escravista) e Arqueologia Pós-Colonial (etapa de transição para o modo capitalista de produção e a instalação propriamente dita da etapa capitalista e do sistema industrial), tendo como elemento diferenciador entre eles as relações de produção, considerando que elas determinam as estruturas econômicas, sociais, políticas e jurídicas de uma sociedade. Defende uma arqueologia não apenas de monumentos, mas sobretudo do cotidiano rotineiro, de modo a reunir elementos que permitam reinterpretar a História do Brasil, entendendo ser esta a função primordial da Arqueologia Histórica Brasileira.

ANDRADE LIMA, Tania; FONSECA, Marta Pereira Reis da; SAMPAIO, Ana Cristina de 1989a O.; FENZL-NEPOMUCENO, Andrea e MARTINS, Antonio Henrique D. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. In: Anais da IVa. Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira. *Dédalo*, Publ. Av. n. 1:205-230.

Nesse artigo os autores desenvolvem um estudo comparado entre amostras provenientes de unidades domésticas datadas de meados do século XIX, visando investigar arqueologicamente uma das peculiaridades da formação social brasileira: o surgimento de um modo de vida burguês, antecedendo a instalação de uma ordem burguesa propriamente dita no país. É traçado o panorama econômico e social das primeiras décadas do século XIX, seguindo-se uma descrição dos usos e costumes adotados no Rio de Janeiro a essa época.

São apresentados os sítios analisados (Casa dos Pilões, no Jardim Botânico; Sítio do Major, em Angra dos Reis; Paço Imperial e o antigo Cais da Praça XV), as respectivas tralhas recuperadas e o exame comparado entre elas, que revelou uma notável recorrência em praticamente todos os tipos de materiais estudados, quer de uso pessoal, quer de uso doméstico. A uniformidade que está sendo constatada sugere uma difusão ampla e rápida de alguns traços culturais, em contextos aproximadamente contemporâneos, o que caracteriza um *horizonte*. Este fenômeno parece corresponder ao surgimento de uma classe social que se torna numericamente expressiva em meados do século XIX, não detentora dos meios de produção, e que paulatinamente vai se impondo e ocupando um novo espaço. Outros contextos deverão ser examinados à luz dessa possibilidade, de modo a confirmar este hipotético *horizonte*.

ANDRADE LIMA, Tania; FONSECA, Marta Pereira Reis da; SAMPAIO, Ana Cristina de 1989b O.; FENZL-NEPOMUCENO, Andrea e MARTINS, Antonio Henrique D. Aplicação da Fórmula South a sítios históricos do século XIX. *Dédalo*, 27:83-97.

Nesse estudo, os autores apresentam um método quantitativo desenvolvido por S. South (1972) para datar assentamentos anglo-americanos do século XVIII nos Estados Unidos, baseado em frequências de cacos de louças, que vem sendo empregado com grande sucesso na arqueologia norte-americana. Através de uma expressão matemática, denominada "fórmula para datação média de louças" ("The Mean Ceramic Date Formula"), vem sendo demonstrada a existência de uma alta correlação entre as datas de manufatura das louças recuperadas em sítios históricos e o seu período de ocupação.

O método é exposto e explicado no texto, propondo-se um outro critério para aumentar a sua confiabilidade: o estabelecimento de freqüências a partir do número de peças, em lugar do número de cacos, evitando-se assim possíveis distorções, o que sem dúvida lhe confere uma maior acurácia. Esta ferramenta foi testada pelos autores em amostras de louças recuperadas em dois sítios arqueológicos do século XIX, no Rio de Janeiro: Casa dos Pilões, no Jardim Botânico, e Sítio do Major, em Angra dos Reis. São apresentados e comparados os resultados obtidos, utilizando-se em primeiro lugar o critério de freqüência de cacos e, em seguida, o de freqüência de peças. A tentativa foi considerada como bem sucedida, já que as datas obtidas combinam com os dados históricos e estratigráficos, sendo desejáveis novos testes que comprovem de fato a eficácia da fórmula, enquanto um possível método de datação para sítios históricos brasileiros do século XIX.

ANDREATTA, Margarida Davina. Arqueologia Histórica no município de São Paulo. 1981/2 *Revista do Museu Paulista*, vol. XXVIII:174-176.

A A. destaca o pioneirismo do Programa de Arqueologia Histórica no município de São Paulo, desenvolvido pelo Museu Paulista da USP, em colaboração com o Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura. De caráter interdisciplinar, está voltado para prospecções e escavações sistemáticas em "Casas Bandeiristas" e em locais públicos e privados do município (becos, ruas, praças, quintais etc.).

Entre 1979 e 1981 foram empreendidas prospecções no Sítio Mirim, em Ermelino Matarazzo, e no Sítio Morrinhos, no Jardim São Bento; escavações na Casa do Grito, no Parque da Independência, Ipiranga; no Sítio Morrinhos, no Jardim São Bento (1a. etapa de pesquisa); no Beco do Pinto, Sé, antiga Rua do Carmo; na Casa n. 1 do Pátio do Colégio, antiga Rua do Carmo e na Casa do Tatuapé, no bairro de mesmo nome. Esta última, construída em taipa de pilão, entre 1668 e 1698, serviu como moradia por mais de um século e meio, passando a sede de uma olaria, no século XIX. A escavação de vários cômodos, e ainda da parte externa, permitiu distinguir uma área de atividade familiar-social e outra de trabalho, de onde foram resgatados vestígios de diversas naturezas (louças, cerâmicas, evidências de estacas, fogueiras e indícios de uma forja: pesos, cravos e escória).

ANDREATTA, Margarida Davina. Arqueologia Histórica - cidade de São Paulo. Ar-1986 *Arqueologia, Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, vol.5:113-115.

A A. descreve os objetivos do "Programa de Arqueologia Histórica no município de São Paulo", voltado para a realização de escavações e prospecções sistemáticas em locais de interesse histórico, visando interpretar diacronicamente a ocupação desse espaço e analisar as atividades desenvolvidas pelos seus habitantes entre os séculos XVII e XIX. De caráter interdisciplinar, prevê a reconstituição desses locais, que incluem casas bandeiristas, quintais, lixões, praças, ruas, logradouros e becos.

ANDREATTA, Margarida Davina (coord.). Casa do Grito - Ipiranga. Programa de Ar-1986 *Arqueologia Histórica no município de São Paulo*. In: *Revista do Arquivo Municipal*, n. 197:153-172.

O texto expõe a pesquisa arqueológica desenvolvida na Casa do Grito, detalhando os métodos e as técnicas empregadas nos trabalhos de escavação. É descrita a evidência de pisos, soleiras e vãos de portas, bem como a abertura de trincheiras externas e internas. O material recuperado consistiu basicamente em louças, vidros, moedas, tecidos, líticos, ossos, sementes, valvas de moluscos, entre outros.

BANDEIRA, Carlos Manes; GONÇALVES, Sergio Barbosa; RAMOS, Renato Rodriguez 1987 Cabral. A classificação da louça antiga no Brasil. In: *1º Simpósio Brasileiro de Pesquisas e Arqueologia Histórica*, Rio de Janeiro.

Relação de diferentes tipos de louças, com base na composição da pasta e tratamento de superfície, suas denominações e possíveis periodizações cronológicas. É apresentada uma classificação de acordo com a sua procedência e cronologia (chinesa, japonesa, co-

reana, portuguesa, inglesa, etc.), bem como a relação das marcas presentes em peças coletadas em sítios históricos (inglesas, francesas, holandesas, portuguesas, belgas, alemãs), estando algumas reproduzidas no texto.

BANDEIRA, Carlos Manes & GONÇALVES Sergio Barbosa Gonçalves. *Arqueologia*. 1989 In: Catálogo da exposição "Natureza - Trinta anos da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza: 1958-1988".

Relação das peças do acervo arqueológico da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, apresentadas durante exposição comemorativa dos 30 anos da FBCN, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Recuperadas em escavações arqueológicas, realizadas ao longo de 20 anos nos sítios históricos do Parque Nacional da Tijuca, algumas dessas peças estão dispostas em 47 fotos em P&B, com legendas explicativas quanto à sua procedência, cronologia, possível função e local de ocorrência (louças, azulejos, garrafas de vidro, potes de produtos de toucador, frascos de remédios, penas e canetas, dedais, fivelas, cabo de sabre, cabo de espada, cinto em metal, cachimbos, estribo, ferradura, adornos femininos, ferros de engomar, etc.).

BECKER, Itala Irene Basile & SCHMITZ, Pedro Inácio Schmitz. Cachimbos do Rio Grande do Sul. In: Anais do 3o. Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. *Pesquisas*, Antropologia n. 20:139-162.

Nesse estudo são analisados cachimbos de cerâmica que integram o acervo de material indígena do Rio Grande do Sul, provenientes de coletas ou pesquisas de campo, de doações ou de coleções particulares. Além dos cachimbos presumidamente indígenas, modelados a mão e associados aos Tupi-Guarani, há outros que são atribuídos aos europeus: feitos em forma, em duas bandas, apresentam em raros casos uma decoração antropomorfa. A um terceiro conjunto se atribui uma origem duvidosa, pelas suas características tecnológicas (pasta mal amassada, superfície brunida, decoração incisa com figuras geométricas), podendo corresponder à produção de colonos.

Os autores procedem à classificação e comparação desses objetos, com base na morfologia e na matéria-prima utilizada, construindo uma tipologia fundamentada em trabalho anterior, de Antonio Serrano (1937), onde são reconhecidas três categorias classificatórias: tipo, subtipo e variedade. Quatro tipos principais estão presentes na amostra analisada: cachimbos tubulares, fornilhos, monitores e angulares. É apresentado, no texto, um esboço da área de expansão dessas peças, discutindo-se possíveis filiações culturais. Os cachimbos provavelmente europeus assemelham-se muito quanto à forma, não obstante pequenas diferenças na confecção e estão distribuídos por áreas bastante distanciadas, o que sugere produções regionais atendendo a modelos mais ou menos universais.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. *Os Tupinambá no Rio de Janeiro* 1972 (1200 anos de ocupação). Brasília, Ed. Gráfica Alvorada, 7p.

A A. discute, nesse artigo, a perda cultural dos Tupinambá após um século de contato com o europeu, analisando, através da cerâmica, a destruição de um acervo cultural acumulado em mais de 1000 anos de ocupação no Rio de Janeiro. São feitas considerações sobre a origem e dispersão do tronco lingüístico Tupi-Guarani, sua chegada ao Rio de Janeiro e a fase inicial de sua instalação, calculada em cerca de 300 anos e caracterizada por grupos pouco numerosos, portadores de uma cerâmica simples ou com decoração plástica, estando ausente a pintura.

Um segundo período é reconhecido entre 700 DC e 1000 DC, correspondendo a um aumento populacional e a uma maior estabilidade das aldeias, que não aparentam grandes preocupações defensivas. A cerâmica ganha uma pintura exuberante, embora seja tecnicamente muito grosseira. A etapa seguinte, entre 1000 DC e 1300 DC, sugere uma época de relativa instabilidade, a julgar pela implantação dos sítios, estrategicamente colocados em elevações. Comparada à fase anterior, a cerâmica é menos rudimentar. O contato com o europeu no século XVI deixou vestígios nas aldeias, como novos arranjos espaciais, cacos de louças,

pregos, ferramentas, etc., que aparecem associados ao material Tupinambá. A cerâmica empobrece nesse período, perdendo algumas formas e diminuindo de tamanho. Por volta de 1600, a sua produção decresce sensivelmente, sendo que a decoração plástica e pintada quase desaparece, predominando o tipo simples. A partir daí, ao lado da louça européia aparece a cerâmica neobrasileira.

Com o crescente domínio dos novos ocupantes, alguns grupos se submetem, aniquilando sua unidade tribal; outros reagem, retirando-se para as áreas montanhosas, deixando evidências dessa fase de dispersão em sítios-acampamentos.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho. *Pré-História do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 276p.

No capítulo 14 de seu livro "A pré-história do Estado do Rio de Janeiro" (pp. 139-143), a A. refere-se aos sítios Tupinambá da cidade do Rio de Janeiro, mencionando os que apresentam evidências de contatos interétnicos: os sítios Estação da Rádio e Pixunas, na Ilha do Governador. A forma retangular deste último é interpretada como uma tentativa de reproduzir os modelos de fortificações européias.

BELTRÃO, Maria da Conceição de M.C. & LARAIA, Roque de Barros. O método arqueológico e a interpretação etnológica. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 17:203-217.

Nesse artigo os autores procuram demonstrar as possibilidades de cooperação entre a Arqueologia e a Etnologia, através das pesquisas desenvolvidas por uma arqueóloga em sítios atribuídos a grupos Tupi-Guarani, e por um antropólogo dedicado ao estudo das populações Tupi contemporâneas. Ao conjugarem seus esforços, buscam compreender uma sociedade extinta há quase quatro séculos, mas ainda ligada, por razões culturais e lingüísticas, aos Tupi vivos. Colocados diante de dois tipos de documentos, o arqueológico e o histórico, este último constituído por registros feitos pelos primeiros cronistas que, em seguida ao contato, descreveram essas populações, assinalam as limitações do registro arqueológico. A Etnologia não deve, em função disso, esperar uma expressiva contribuição da Arqueologia com referência aos grupos indígenas brasileiros, pela pouca durabilidade das matérias-primas utilizadas nas suas expressões culturais, o que dificulta a sua preservação.

Ao arrolarem os sítios Tupi-Guarani do Rio de Janeiro, destacam as seguintes aldeias, na Ilha do Governador, que apresentam evidências de contato com os europeus: Pixunas, de forma retangular, que apresenta material europeu até a base, associado a cerâmica pintada; Centro de Instrução, Jequiê e Estação de Rádio da Marinha, com cerâmica de diversos tipos e material europeu, todas circulares. A aldeia Morro da Viúva apresenta exclusivamente material europeu. No continente, não muito distante delas, há ainda um outro sítio que apresenta cerâmica não-pintada e material europeu, localizado em Manguinhos, correspondendo provavelmente a um momento em que a introdução de grande quantidade de material manufaturado diminuiu o estímulo para a fabricação de cerâmica indígena.

BELTRÃO, Maria da Conceição de M.C.; ANDRADE, Carlos Octavio L.C. de ; NEME, Salete Maria N. Arqueologia e História. Um binômio para a sistematização da transdisciplinaridade. *Anuário do Staden, Estudos brasileiros*, n. 36:206-211.

Os autores, através de uma proposta não apenas de reflexão mas também de análise do equilíbrio que consideram existir entre as pesquisas arqueológicas e históricas que vêm desenvolvendo, expõem algumas observações feitas quanto às possíveis vias de penetração pré-históricas em território brasileiro, a partir da hipótese defendida por um deles (M. Beltrão). Tais vias (partindo da região amazônica, uma em direção ao Atlântico, outra no sentido Juruá/sudeste e a última, do sudeste para o nordeste, pela costa) teriam sido reutilizadas pelos europeus, em movimentos de refluxo, no processo de colonização do interior. Este fenômeno foi verificado por Capistrano de Abreu e reiterado por Jaime Cortesão nas rotas de interiorização dos europeus, que acompanhavam os caminhos indígenas "peabirús".

Entendendo a região sudeste como o polo terminal de uma dessas rotas migratórias pré-históricas, os autores seguem um modelo de inversão, tomando como exemplo o Caminho de Garcia Rodrigues Paes, no estado do Rio de Janeiro, que seguia em direção

a Minas Gerais. Aí foram registradas superposições de ocupações humanas que revelam reutilizações dos assentamentos, além do fato de que os pontos iniciais do processo de fluxo e refluxo localizam-se em áreas elevadas. Nesse caminho, evidências recuperadas (buril e raspador) comprovam que o homem pleistocênico ocupou áreas às quais a megafauna não teria acesso, descarnando esses animais nos seus arredores; o Tupi-Guarani aí colocou seus aldeamentos em pontos mais elevados e os escravos negros buscaram igualmente regiões de difícil acesso para sobreviver em liberdade, conforme atestam elementos da cultura material encontrados.

Outras evidências desse tipo de superposição foram ainda encontradas na Chapada Diamantina, na Bahia, região terminal do deslocamento sudeste/nordeste. Um terceiro polo desembocaria no litoral (Juruá/Costa Atlântica), precisamente no estado de Pernambuco, na Serra da Barriga, onde teria existido a maior expressão quilombola em tempos coloniais: Palmares. O fato de se verificar, nos três polos terminais, a incidência do fenômeno do aquilombamento, justificou, para os autores, a necessidade de ser criado um projeto específico para assentamentos negros, como extensão natural do projeto de pré-história.

BELTRÃO, Maria da Conceição de M.C.; DORIA, Margareth R. P. ;DORIA, Francisco Antonio. Sobre o método da Arqueologia e o método da História. *Clio*, série História do Nordeste, 10:15-51.

Os autores introduzem esse artigo conceituando a Arqueologia Histórica como o estudo do fato histórico pelo método da Arqueologia, entendendo-a não como um suplemento que se acrescenta à informação advinda da História, mas como algo que faz surgir a forma e os contornos exatos do fato histórico. Através de alguns exemplos, tomados à própria Arqueologia, à Linguística e às Ciências Exatas, procuram estabelecer a distinção entre o método arqueológico e o método histórico, sugerindo que a natureza dessa diferença é a mesma que a existente entre as chamadas “técnicas digitais” e as “técnicas analógicas”, em Teoria da Comunicação. O primeiro é tido como um procedimento analógico de investigação, enquanto o último é entendido como um procedimento digital, e desta forma a Arqueologia Histórica não pode ser vista como uma disciplina subsidiária à História, mas sim como Arqueologia. Modelos analógicos aplicáveis, segundo os autores, à Arqueologia Histórica, são propostos no texto.

Em um pequeno apêndice, entendem a Arqueologia de Sítios Históricos e a Arqueologia Urbana como subordinadas à Arqueologia Histórica; a Arqueologia Industrial, por seu lado, na acepção original, ou seja, centrada no desenvolvimento da grande indústria ocidental (século XVIII/XIX) seria dificilmente aplicável ao caso brasileiro. Afirmam ainda serem poucos os trabalhos que no Brasil podem ser enquadrados na área de Arqueologia Histórica, reconhecendo apenas o pioneirismo de Blasi (1963), seguindo-se Beltrão na identificação de aldeamentos Tupi no Rio de Janeiro. Sugerem algumas linhas de pesquisa a serem seguidas no país, como a investigação dos caminhos Peabiru, a influência indígena na tecnologia dos engenhos, a implantação das primeiras técnicas de construção naval, entre outras.

BELTRÃO, Maria da Conceição de M.C.; NEME, Salete Maria N; ANDRADE, Carlos 1991 Octavio L. C. de ;DORIA, Francisco Antonio de. Projeto Central: primeiros resultados. In Anais do Io. Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro. *Clio*, Série Arqueologia, n. 4:39-47.

Ao comunicarem os resultados preliminares do Projeto Central, desenvolvido em uma vasta região do estado da Bahia que tem como epicentro o município de Central, os autores mencionam a existência de quilombos na Serra do Orobó, propondo-se à investigação dos seus restos materiais. Registram ainda a ocorrência de pinturas rupestres na localidade de Santo Inácio, município de Gentio do Ouro, antigo centro de mineração. Em estilo peculiar e feitas com pigmentos azuis, essas pinturas são atribuídas aos escravos. Da mesma forma, algumas letras existentes em rochedos com pinturas rupestres foram tentativamente identificadas como marcas de escravos, com base em desenhos contidos nos relatórios do historiador H. Kruse, recentemente descobertos nos arquivos do IBPC.

BLASI, Oldemar. Aplicação do método arqueológico no estudo da estrutura agrária de Vila Rica do Espírito Santo - Fênix, Paraná. *Boletim da Universidade do Paraná*, n. 4:1-13.

Nessa publicação, de caráter pioneiro na Arqueologia Histórica Brasileira, junto com a de Igor Chmyz (1963), o A. expõe a aplicação, pela primeira vez no país, do método arqueológico para a reconstrução de evidências históricas, assinalando tratar-se de uma prática já desenvolvida com sucesso em inúmeros outros países. Apontando as vantagens dessa abordagem para o conhecimento de múltiplos aspectos da vida social, econômica, política e cultural de um núcleo populacional, registra o seu emprego nas ruínas de Vila Rica do Espírito Santo, uma das 16 comunidades fundadas na região do Guairá, Alto do Rio Paraná, por espanhóis e jesuítas, na segunda metade do século XVI e início do século XVII.

É fornecido um histórico da ocupação da área, bem como uma descrição do ambiente, das ruínas do povoado e das informações disponíveis para a região, antes habitada por grupos guaranis. Com esses índios sob o seu domínio, os espanhóis fundaram e desenvolveram Vila Rica, dentro do sistema de encomendas. A interação cultural resultante desse contato está expressa no registro arqueológico: através do levantamento das evidências de superfície e de escavações sistemáticas foram recuperados elementos da cultura material indígena (cerâmicas, líticos) e européia (artefatos de ferro, evidências de fundição no próprio povoado, recipientes cerâmicos, telhas, etc.), descritos no texto.

BLASI, Oldemar. Investigações arqueológicas nas ruínas da redução jesuítica de Santo Inácio do Ipaumbucu ou Mini, Paraná, Brasil - Nota prévia. In *Anais do XXVI Congresso Internacional de Americanistas*, Sevilha, 1:473-480.

O artigo expõe os resultados das investigações arqueológicas efetuadas na Redução Jesuítica de Santo Inácio Mini, localizada na margem esquerda do Rio Paranapanema, norte do estado do Paraná. O A. promoveu um levantamento da planta das ruínas, que apresentam uma disposição semelhante à de Vila Rica do Espírito Santo: ruas bem alinhadas e dispostas em retângulos, com uma grande praça na sua parte central. Em uma das extremidades estão os restos da igreja e, junto a ela, o colégio. Pequenas habitações compartimentadas enfileiram-se ao longo das ruas. Há indícios de uma fortificação, cercada por um fosso, possivelmente com finalidade defensiva contra os índios Coroados, inimigos dos Guaranis, semi-circundando o aldeamento.

Foram promovidas prospecções e escavações em diferentes pontos da Redução, tendo sido recuperado abundante material cerâmico, em contraposição aos materiais lítico, ósseo e metálico, pouco numerosos, registrando-se ainda a ocorrência de restos alimentares, particularmente ossos de mamíferos e valvas de moluscos.

BLASI, Oldemar. Investigações arqueológicas nas ruínas da Redução Jesuíta de Santo Inácio Mini ou do Ipaumbucu, Paraná, Brasil. *Revista do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas*, Curitiba, 16:4-10.

Nessa publicação o A. volta a se reportar às pesquisas desenvolvidas na Redução de Santo Inácio Mini. Após tecer um breve histórico sobre a ocupação da região e da própria redução, descreve suas principais estruturas arquitetônicas em planta baixa e em uma maquete do povoado, reproduzida no texto, a par da estratigrafia obtida com as escavações. Nesse artigo são descritos em maior detalhe os elementos da cultura material recuperada, como vasilhames e diversos objetos em cerâmica, artefatos líticos, ósseos e metálicos. Ênfase especial foi dada à análise da cerâmica, do ponto de vista da sua morfologia, função e decoração.

BROCHADO, José Proenza. Dados parciais sobre a arqueologia do Vale do Ijuí. 1969 *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 10:11-32.

No segundo relatório de atividades do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), o A. expõe os resultados das investigações efetuadas no Vale do rio Ijuí, no noroeste do RS, entre 1966 e 1967. Ao descrever a sequência arqueológica construída para a área, menciona, ao lado de uma fase lítica e da Fase Ijuí, a Fase Missões, do período histórico, representada àquele momento por três dos denominados Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai (São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir e São João Batista) e por cinco sítios cerâmicos superficiais, localizados nas proximidades do antigo povo de Santo Anjo Custódio.

São descritas as características mais gerais dos Povos das Missões (1682-1756), as ruínas que deles restaram e a cerâmica aí recuperada, através de coletas de superfície e cortes estratigráficos. Foi registrada a presença de duas tradições ceramistas distintas: uma indígena, prolongamento da fase anterior detectada na área (Fase Ijuí) e outra européia, introduzida pelos missionários, cujas formas são bastante diferenciadas (pratos rasos, tigelas, alguidares, bilhas, etc., com bases planas, em pedestal e anulares, asas, alças e agarradeiras). Feita em torno e queimada em fornos, quase sem decoração, apresenta em grande parte uma pintura em vermelho, externa e/ou interna. Gradativamente essa cerâmica foi substituindo a indígena, e ao lado dela aparece uma cerâmica européia de importação, esmaltada, louça vidrada e artefatos lascados. A linha divisória entre a Fase Ijuí e a Fase Missões representa o início de um processo de aculturação com a cultura veiculada pelos missionários europeus. O texto discute a seqüência da Fase Missões, construída a partir da seriação de nove coleções cerâmicas.

Como elementos de correlação com os Povos e outros sítios da fase, o A. menciona a presença de um plano urbanístico formal, com visível influência européia e de grandes acúmulos de telhas; o achado de ferro e escórias de fundição e a presença de artefatos indígenas associados a material de influência européia. Comparações feitas com os povoados hispano-indígenas (Ciudad Real do Guairá e Vila Rica do Espírito Santo), assinalando as diferenças e semelhanças existentes, demonstram que o processo de aculturação nas Missões encontrava-se bem mais adiantado.

BROCHADO, José Proenza. Pesquisas arqueológicas nos vales do Ijuí e Jacuí. 1969

Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 13:31-62.

Em prosseguimento às suas atividades dentro do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), o A. expõe no terceiro relatório, referente aos trabalhos executados entre 1967 e 1968, os resultados das pesquisas desenvolvidas nos vales dos rios Ijuí e Jacuí. Entre outras, é discutida a Fase Missões, mencionada no relatório anterior, tendo sido atribuídos a ela mais dois sítios, bem como diversas estruturas arquitetônicas.

Através do material recuperado em coletas superficiais e em cortes estratigráficos, foram detectados e seriados 16 tipos cerâmicos para o estabelecimento de uma seqüência cronológica, discutida no texto, que teve uma duração aproximada de 150 anos. A sua interpretação aponta uma substituição progressiva da cerâmica indígena pela européia, ocorrendo ao final uma reversão dessa tendência. São distinguidos dois períodos nessa seqüência, tendo como linha divisória esta reversão. O primeiro começa em 1660, logo após a fundação de São Lourenço Mártir, e termina em torno de 1763/68. Corresponde ao período que vai desde o estabelecimento, florescimento e auge dos Sete Povos, até a sua ocupação ao final da Guerra Guaraniática (1756), a expulsão dos missionários jesuítas e a mudança de administração (1768), que determinaram a sua decadência. O segundo começa em 1763/68 e vai até o abandono dos Sete Povos, em 1828, em função dos saques e escravização dos índios, com o conseqüente refúgio da população remanescente nas matas próximas. Não dispondo mais de instrumentos de trabalho, como fornos, tornos, e nem da orientação dos padres, os indígenas retomaram suas técnicas tradicionais de manufatura, o que explica as tendências expostas pela seqüência seriada.

BROCHADO, José Proenza. Contatos entre europeus e indígenas: um estudo de aculturação através das mudanças na cultura material. *Revista do IFCH, UFRGS*, n. 2:11-47.

Nesse artigo o A. investiga, através das mudanças na cultura material, os processos de aculturação ocorridos entre indígenas e europeus no leste da América do Sul, do século XVI ao início do século XX. Em estudo de natureza comparativa, apresenta o universo selecionado para a pesquisa, agrupado em diferentes categorias de sítios, segundo sua origem, objetivos, intensidade dos contatos, posição ou duração cronológica (fundações religiosas, militares, pós-contato), mencionando as fases às quais foram filiados e a bibliografia pertinente.

Tomando como base a cerâmica, para a análise do fenômeno, assinala a ocorrência de uma sincretização das diversas tradições ceramistas aqui existentes antes do contato,

com a européia, trazida pelos colonizadores, resultando na transição para a chamada Tradição Neobrasileira. As diversas fases diagnosticadas para as situações de contato ao longo de toda a faixa costeira são comparadas, analisadas e correlacionadas a fatos historicamente conhecidos, a par de uma tentativa de vinculá-las a grupos lingüísticos.

É estabelecida uma tipologia das situações de contato, a partir de uma classificação proposta por Lathrap e colaboradores, com base no conceito de intrusão, reconhecendo-se diferenças entre as que resultaram da missionarização e as decorrentes da colonização. A cultura material recuperada nas fundações religiosas é comparada com as das fundações militares (cerâmicas, líticos, louças, objetos de metal, ossos de animais, arquitetura) e os resultados apontam para diferenças substanciais, tanto de ordem qualitativa quanto quantitativa, atribuindo-se aos seus objetivos distintos a causa dessa diversidade. São analisadas as transformações sofridas pelas sociedades indígenas nos níveis econômico, político, religioso, artístico, que determinaram mudanças fundamentais na sua organização social e na própria cultura.

BROCHADO, José Proenza; LAZZAROTTO, Danilo ;STEINMETZ,Rolf . A cerâmica das Missões Orientais do Uruguai. Um estudo de aculturação indígena através da mudança na cerâmica. In Anais do 3o. Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. *Pesquisas, Antropologia*, n. 20:169-201.

Em seguida a um breve histórico sobre a trajetória dos Sete Povos das Missões, os autores procedem a uma análise do material cerâmico recolhido em nove sítios da Fase Missões, através de coletas superficiais e cortes estratigráficos em áreas periféricas. Foram reconhecidas duas séries diferentes para esta fase: Ijuí, de tradição indígena tupiguarani, e Missões, de tradição européia, sendo suas características municiosamente descritas. Foi registrada ainda a presença de louça européia, vidro, minério, objetos de ferro e instrumentos líticos.

Utilizando o método de análise quantitativa para derivar cronologias culturais, foram estabelecidas seqüências seriadas que revelaram um desenvolvimento inicial das técnicas de tradição européia, um posterior declínio e o retorno a tecnologias indígenas de menor complexidade. Essa reversão pode ser explicada pela desorganização e dispersão que se seguiram à expulsão dos jesuítas e as conseqüentes mudanças administrativas, levando os indígenas a se refugiarem nas matas e a retomarem técnicas tradicionais de confecção da cerâmica, uma vez privados da orientação dos padres e dos instrumentos de trabalho por eles introduzidos. As variações de popularidade dos tipos identificados, analisados à luz de datas e fatos historicamente conhecidos, permitiram reconstituir o processo de aculturação e posterior "desaculturação", vivido pelos indígenas Tupi-Guarani do noroeste do atual estado do Rio Grande do Sul, ao longo de 142 anos (1626-1768), que acabou por desembocar na sua caboclicização.

CHMYZ, Igor. Contribuição arqueológica e histórica ao estudo da comunidade espanhola de Ciudad Real do Guairá. *Revista de História*, n. 2:77-114.

Em trabalho pioneiro, assim como o de O. Blasi (1963), o A. investiga, a partir de 1958, a comunidade espanhola de Ciudad Real do Guairá, fundada entre 1556 e 1557 no oeste do estado do Paraná. Nessa publicação são fornecidos dados gerais sobre o sítio, o ambiente no qual ele se insere, sua estratigrafia e as evidências arqueológicas aí recolhidas em superfície, com ênfase especial na cerâmica. Analisada em detalhe, foi agrupada em diversas categorias tipológicas, construídas com base na decoração de superfície, e atribuída em parte ao Guarani e em parte ao europeu.

Dois apêndices fornecem dados complementares: o primeiro discorre sobre aspectos históricos das comunidades espanholas do Guairá, em particular Ontiveros, Vila Rica do Espírito Santo e Ciudad Real, enfatizando os aspectos estratégicos e econômicos desses assentamentos. O segundo enfoca exclusivamente as reduções jesuíticas da mesma região, fornecendo dados geográficos, históricos e demográficos sobre doze desses estabelecimentos, implantados com uma finalidade defensiva ante o avanço dos bandeirantes paulistas.

CHMYZ, Igor. Pesquisas arqueológicas na jazida histórica de Ciudad Real de Guairá 1964 - Paraná. *Revista do Centro de Estudos Científicos*, n. 7-8:105-107.

Nesse artigo é fornecido um breve histórico da região do Guairá e da comunidade espanhola de Ciudad Real, desde a sua fundação, em 1557, até a sua destruição pelas bandeiras de 1631-32. A vila e as atividades econômicas nela desempenhadas são descritas, empenhando-se o A. em deixar bem marcadas as diferenças entre as comunidades espanholas e as reduções jesuíticas posteriormente estabelecidas na região (N.S. do Loreto e Santo Inácio, fundadas em 1610): as primeiras destinavam-se a explorar as possibilidades econômicas da área e a assegurar a posse das terras pertencentes à Coroa Espanhola, enquanto as últimas voltavam-se para a catequese e conversão dos índios. Redescobertas um século após seu abandono, revisitadas algumas e reocupadas outras, foram transformadas em reservas no século XX, ao serem ameaçadas pelo avanço das frentes pioneiras nas suas primeiras décadas. Pesquisada a partir de 1958, Ciudad Real teve recuperada uma expressiva amostra de cerâmicas e líticos, destinada a compor o acervo de um pequeno museu local, com vistas à integração da antiga vila às rotas turísticas do estado do Paraná.

A questão da destruição de Ciudad Real e de outros povoados contemporâneos em decorrência da posterior abertura de estradas de rodagem, de derrubadas e plantios, foi tratada pelo A. em outro artigo, datado de 1968 ("Algumas considerações sobre um programa de prevenção e salvamento de locais arqueológicos e históricos" (*Revista do CEPA*, 1:65-71). Medidas de proteção foram solicitadas aos órgãos patrimoniais em outra publicação ("Algumas considerações sobre a arqueologia no estado do Paraná", *In Anais do IIo. Encontro de Governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil. Publ. do IPHAN*, n. 26;322-331, 1973).

CHMYZ, Igor. Arqueologia e História da Vila Espanhola de Ciudad Real do Guairá. 1976 *Cadernos de Arqueologia*, ano I, n. 1:7-103.

O artigo em questão, dividido pelo A. em duas partes, refere-se às pesquisas desenvolvidas na comunidade espanhola de Ciudad Real de Guairá, estabelecida entre 1556 e 1557 na margem esquerda do Rio Paraná, pouco abaixo da foz do rio Piquiri. A primeira delas diz respeito às investigações arqueológicas aí conduzidas e nela é fornecido o traçado geral do povoado, com a descrição das suas principais estruturas arquitetônicas, a par da estratigrafia exposta com as escavações. Com referência aos restos recuperados, é minuciosamente descrita a cerâmica, para a qual foi construída uma tipologia, bem como montada e interpretada uma seqüência seriada. Idêntico procedimento tipológico foi adotado em relação ao material lítico. Os vestígios são interpretados e comparados aos de outros povoados contemporâneos, pesquisados na região.

Na segunda parte são fornecidos dados históricos sobre as comunidades espanholas e as reduções jesuíticas que surgiram na região do Guairá, nos séculos XVI e XVII. São apresentadas as condições que permitiram o estabelecimento e a expansão desses assentamentos, bem como os fatores que determinaram o seu abandono, destruição, e o êxodo dos remanescentes para a região do Tape, onde foram fundados os Sete Povos das Missões, que se dispersaram com a expulsão dos jesuítas na segunda metade do século XVIII. O A. fornece ainda um apêndice com a descrição de objetos provenientes de Ciudad Real do Guairá, em poder de particulares e também nas coleções do Museu Paranaense.

CHMYZ, Igor. Investigaciones arqueológicas en la margen izquierda del Rio Paraná. 1979 *Primer Seminario de la Itaipu Binacional sobre Medio Ambiente*, pp.193-207.

Referindo-se aos trabalhos de salvamento arqueológico realizados em áreas atingidas por grandes obras de engenharia, suas especificidades, limitações e exigências, o A. expõe os resultados do Projeto Arqueológico Itaipu, iniciado em 1975 e no seu quarto ano de execução. São apresentadas as evidências não-cerâmicas e cerâmicas encontradas na região, incluindo-se entre estas últimas as que resultaram de contatos com elementos europeus.

A Sub-Tradição Escovada, que é a mais recente da Tradição Tupi-guarani, coincide com o estabelecimento de europeus na área de Itaipu, e está presente nas reduções de

N. S. do Loreto, Santo Inácio Menor e, em etapa transicional da Sub-Tradição Corrugada para a Escovada, em Ciudad Real del Guairá. Ontiveros, o primeiro estabelecimento espanhol na região do Guairá, até agora não localizado, pode corresponder a um dos sítios pesquisados, tendo em vista os elementos de contato que apresenta, bastante próximos tipologicamente dos de Ciudad Real. Da Tradição Neobrasileira, que se caracteriza por uma cerâmica confeccionada por grupos neobrasileiros ou caboclos, foram detectada duas fases: Assuna, que corresponde na área à primeira manifestação da tradição (meados do século XIX), e Sarandi, apresentando ambas o escovado como um de seus traços diagnósticos.

CHMYZ, Igor. Pesquisas de Arqueologia Histórica no Paraná. *Dédalo*, n. 24, pp.171-197.

Em trabalho apresentado originalmente ao Seminário de Arqueologia Histórica (1985), o A. relaciona os sítios históricos paranaenses a duas correntes povoadoras distintas: a portuguesa, a quem coube pelo Tratado de Tordesilhas a faixa litorânea, e a espanhola, a quem foi destinada toda a extensão dos planaltos do atual Estado do Paraná, tendo sido fundamental o papel dos jesuítas em ambas as frentes de expansão. Foram estabelecidos povoados, vilas militares, reduções, centros de mineração, portos, feitorias, resultando em um intenso contato entre europeus e indígenas e desencadeando um expressivo processo de aculturação.

Esses núcleos povoadores transformaram-se, no século XX, em fontes de pesquisa arqueológica histórica, tendo sido investigados os seguintes estabelecimentos: Ciudad Real do Guairá, por Virgínia D. Watson, em 1947, e pelo A., a partir de 1958; Vila Rica do Espírito Santo, por O. Blasi, em 1959; o antigo Colégio dos Jesuítas, em Paranaguá, por J. Loureiro Fernandes, ao final dos anos 50; a Redução Jesuítica de Santo Inácio Menor, por O. Blasi, na década de 60; a Redução Jesuítica de N. S. do Loreto, pelo A., durante o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas; sítios indígenas, com sinais de aculturação e peças de origem européia, pelo A., durante o Projeto Arqueológico Itaipu (um deles correspondendo possivelmente a Ontiveros, a primeira vila espanhola), bem como a localização dos restos da Redução de N. S. da Natividade do Acaraí, de uma possível fortificação ou porto fluvial espanhol, de um trecho de um caminho indígena talvez relacionado ao sistema Peabiru, de ruínas de construções e estruturas, entre elas, fornos. Devem ser ainda mencionados vestígios de assentamentos da população neobrasileira ou cabocla com indícios de aculturação entre índios, europeus e negros, tanto no planalto, quanto na faixa litorânea. O A. refere-se ainda aos vestígios de outros colonizadores, como os franceses (Colônia Thereza, 1847) e suíços (Colônia do Superagüi, 1852). Conclui o artigo denunciando caso a caso a dilapidação progressiva de todo esse patrimônio, invocando os dispositivos legais vigentes e clamando pela sua proteção.

CHMYZ, Igor. A formação de sambaquis em período histórico no estado do Paraná. 1986. *Arqueologia*, Revista do CEPA, n. 5:103-111.

O A. descreve a ocorrência de acúmulos de carapaças de moluscos, formando pequenos montes, no litoral do Paraná, cuja formação é atribuída ao período histórico. Dois estão situados na Baía de Paranaguá, tendo sido observado um terceiro na Baía dos Pinheiros, em Guaraqueçaba, aparecendo sempre nos arredores das ruínas de antigas construções de pedras e de engenhos de farinha de mandioca.

A ocorrência de valvas de moluscos, ossos de peixes e de pequenos animais terrestres, que aparecem associados a fragmentos de cerâmicas (acordeladas e torneadas, com variados padrões decorativos), faianças européias, vidros e implementos agrícolas em ferro, levaram o A. a interpretar esses montículos como *sambaquis*, produzidos em período histórico. A presença de tecnologia indígena tupiguarani nas cerâmicas, e portuguesa nas faianças, embasam a suposição, sendo estas últimas utilizadas como marcadores cronológicos para os sítios. Os acumuladores desses montículos seriam grupos neobrasileiros ou caboclos, que progressivamente ocuparam o litoral paranaense e tais registros são considerados pelo A. como importantes documentos para a compreensão desse processo.

CHMYZ, Igor. Pesquisas arqueológicas na área brasileira de Itaipu. *IIº Seminário da Itaipu Binacional sobre Meio-Ambiente*, pp. 81-87.

Ao divulgar os resultados das pesquisas arqueológicas desenvolvidas entre 1975 e 1983, na região atingida pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, dentro das atividades do Projeto Arqueológico Itaipu, o A. apresenta testemunhos da ocupação da área por um amplo período, compreendido entre 6.000 AC. e 1920 DC.

Após fornecer um histórico da região, a partir das primeiras décadas do século XVI, são relacionadas as diversas fases aí reconhecidas, sempre que possível filiadas a tradições. De 237 sítios arqueológicos localizados e pesquisados, 89 foram classificados como pré-cerâmicos e 148 como cerâmicos, estes últimos compreendendo tanto pré-históricos, quanto históricos. Das 11 fases identificadas, duas inserem-se no período histórico: Sarandi e Assuna. Na fase Sarandi, alguns sítios apresentam indícios de contato com os espanhóis, nos séculos XVI e XVII: em ocupações de estrutura tipicamente indígena aparecem artefatos com influência européia, além de peças metálicas. Segundo o A., um deles pode corresponder à Vila de Ontiveros, fundada em 1554 sobre uma aldeia indígena, abandonada dois anos depois e nunca localizada. Em outro sítio foram detectados dois longos muros paralelos, com mais de 200m de extensão e 1m de altura, que tanto podem ter pertencido a uma fortificação, quanto a um porto fluvial espanhol. Os sítios da Fase Assuna são mais recentes e correspondem à ocupação de pequenos grupos familiares neobrasileiros ou caboclos, em meados do século XIX e início do século XX. A fusão entre elementos indígenas e europeus é mais intensa entre eles do que nas vilas espanholas e reduções jesuíticas e correspondem a uma época de penetração e estabelecimento dos portugueses, quando a região sofreu profundas mudanças sociais e econômicas.

CHMYZ, Igor & SGANZERLA, Eliane Maria. Considerações sobre os sítios históricos especiais das áreas paranaenses influenciadas pelas usinas hidrelétricas Rosana e Taquaruçu e sugestões para o seu aproveitamento múltiplo. *Arqueologia*, Revista do CEPA, vol. 6:55-74.

O projeto arqueológico Rosana-Taquaruçu, desenvolvido na área de influência dessas usinas hidrelétricas, está voltado para a reconstituição da ocupação humana no baixo e médio Paranapanema, abrangendo um período que se estende desde 6.165 AC até o século atual. Os sítios pré-históricos, em geral simples e de pequenas dimensões, vêm sendo regularmente trabalhados. Os sítios históricos, no entanto, extensos e complexos, vêm tendo suas pesquisas limitadas às partes mais impactadas, tendo em vista o caráter de salvamento dos trabalhos, o que restringe as possibilidades para o seu conhecimento e posterior aproveitamento.

Três sítios históricos apresentam, nesta área, características especiais: duas reduções jesuíticas (N. S. de Loreto e Santo Inácio Menor ou do Ipaumbucu) e uma colônia indígena (Santo Inácio do Paranapanema). Após fornecer os antecedentes históricos desses assentamentos, ameaçados pelo avanço da frente de expansão agrícola, os autores relatam a sua situação atual, invadidos por posseiros, em grande parte descaracterizados, e comunicam os resultados parciais das pesquisas aí desenvolvidas. Ao final, após considerar que apenas o espaço da Redução de Santo Inácio Menor apresenta ainda condições para um aproveitamento múltiplo, propõem um programa educativo e turístico, associado à intensificação das pesquisas na área. A criação do Museu da Redução de Santo Inácio Menor poderia viabilizar a centralização de todo o acervo arqueológico do vale do rio Paranapanema, tornando-se um centro de referência.

CHMYZ, Igor; SGANZERLA, Eliane Maria; VOLCOV, Jonas Elias. O Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu e a evidenciação de estruturas arquitetônicas na Redução de Santo Inácio Menor. *Arqueologia*, Revista do CEPA, vol. 6:1-54.

A construção das usinas hidrelétricas Rosana e Taquaruçu, no rio Paranapanema, pela Cia. Energética de São Paulo (CESP), determinou a implantação de um programa de salvamento arqueológico na área impactada, conduzido pelos autores. Neste artigo é feito um histórico do projeto, no qual são relacionados 41 sítios levantados (16 pré-cerâmicos, 21 cerâmicos e 4 históricos), destacando-se os resultados parciais das pesquisas que vêm sendo

desenvolvidas na Redução Jesuítica de Santo Inácio Menor ou do Ipaumbucu, anteriormente estudada por O. Blasi (1966, 1971).

São levantados dados etno-históricos referentes à região do Guairá e à própria Redução. São descritos o plano geral do povoado e suas principais estruturas arquitetônicas, mencionando-se outras pesquisas efetuadas em sítios relacionados ao movimento de colonização espanhol-português nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Bastante perturbada por práticas agrícolas desenvolvidas em caráter intensivo há décadas, a área da Redução foi inclusive reocupada por posseiros em tempos mais recentes, razão pela qual as escavações concentraram-se no trecho preservado. Evidências arquitetônicas, manchas pretas e cortes experimentais determinaram a seleção dos pontos para escavação: uma casa a oeste da igreja, alguns trechos da parte interna e externa da igreja, o forno, além das "casas de índios" situadas fora do espaço preservado da Redução. São descritos os resultados obtidos em cada uma dessas estruturas.

CUNHA, Luís Fernando de Castro. De volta ao passado, mergulhando sobre o Galeão 1990 Sacramento. *Revista Marítima Brasileira*, v. 110, ns. 4/6:31-40.

O A. expõe as condições da arqueologia subaquática no Brasil, considerada por uns como uma atividade desportiva, e, por outros, como pretexto para pilhagens, denunciando a devastação promovida por caçadores de tesouros em sítios submersos. Retoma a questão da descoberta do Galeão Sacramento, naufragado em 1668 no litoral da Bahia, já abordada anteriormente por Ulysses Pernambucano de Mello Neto, em 1976. São relatados os achados dessa primeira campanha, porém o A. dá maior ênfase à segunda pesquisa, por ele empreendida na condição de arqueólogo do Serviço de Documentação Geral da Marinha, dez anos depois, com o objetivo de elaborar um quadro atualizado do naufrágio. Os novos objetos resgatados são descritos, bem como avaliados os impactos sofridos pelos destroços, em decorrência de processos de açoreamento, atividade de marés, etc.

DIAS JUNIOR, Ondemar Ferreira. Resumo das atividades de campo do Instituto de 1964 Arqueologia Brasileira na Fazenda Calundu. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, n. 4.

Descrição de três jazidas prospectadas na Fazenda da Jacutinga do Calundu, no município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro, datadas do período colonial. Em uma delas foi recuperada uma cerâmica tipicamente cabocla; nas demais, cerâmica associada a grande quantidade de louças européias, basicamente holandesas e inglesas, e outros objetos, como uma moeda datada de 1865.

DIAS JUNIOR, Ondemar Ferreira. A Fase Parati: apontamentos sobre uma fase cerâmica neobrasileira. *Universitas*, nos. 8/9:117-133. 1971

O A. apresenta no artigo uma nova fase arqueológica, neobrasileira, identificada no Rio de Janeiro e pertencente ao período colonial. Estabelecida a partir de observações feitas em 22 sítios arqueológicos, situados em abrigos ou "tocas", penínsulas, praias e ilhas da região de Parati, bem como na própria cidade de Parati, apresenta os seguintes traços diagnósticos: cerâmica produzida com tecnologia indígena e elementos europeus, como asas e alças, associada a artefatos de origem européia.

Distingue-se da outra fase neobrasileira registrada no Rio de Janeiro, designada como Calundu, pelas seguintes características: surgimento de novas e variadas formas na cerâmica, apresentando técnicas decorativas mais simples e uniformes; menor quantidade de artefatos de origem européia, como louças e implementos de ferro, associados à cerâmica. Cronologicamente ambas as fases são consideradas como contemporâneas, iniciando-se no século XVII.

DIAS JUNIOR, Ondemar Ferreira. A cerâmica neo-brasileira. *Arqueo-IAB*, Textos 1988 Avulsos n. 1, 30p. il.

Neste artigo o A. se propõe a esclarecer as características diagnósticas da Tradição Neobrasileira, não muito bem absorvidas ou compreendidas por outros pes-

quisadores, resumindo seus elementos gerais. Sua cerâmica apresenta uma pasta bem constituída, coesa, com argilas e temperos finos, sendo em geral confeccionada por roletes em espiral ou pela técnica do anelado. Peças pequenas podem ser modeladas, mas o torno nunca é empregado, já que se trata de uma produção doméstica, não comercial. Não obstante, a cerâmica torneada ocorre em associação, contribuindo para caracterizar a tradição.

A queima é quase sempre redutora, o que confere uma coloração escura às peças, e o tratamento de superfície resume-se em geral a um simples alisamento, com espátula ou seixos que deixam marcas características. Banhos, engobos e vidrados são raros. A decoração é sobretudo plástica, aplicada às faces externas, e normalmente limitada à parte superior das peças; ocorrem sobrevivências de tipos decorativos indígenas, como o corrugado, unglado, escovado e o polido-estriado. O inciso é bem mais elaborado e variado, sugerindo uma possível influência do elemento africano, e aparece combinado a outros tipos. É considerado, com suas variações, como o elemento característico desta cerâmica no litoral do país. O polimento e a pintura são pouco freqüentes e esta última, quando presente, é extremamente pobre. Apliques e asas, muitas vezes múltiplas em uma mesma peça, são predominantemente horizontais e as verticais ocorrem com pouca popularidade. Outros traços europeus, como fundos planos, alças, pedestais e pés também aparecem. As formas são simples, de dimensões medianas, globulares, sendo comuns os pratos e alguidares, bem como as tampas, indicando aculturação entre elementos indígenas, europeus e africanos. Este material aparece geralmente acompanhado por cachimbos, discos perfurados em cerâmica, lâminas de machado, lascas de quartzo, pederneiras, objetos de ferro e vidro.

GAMA, Ruy. Aspectos da Arqueologia Industrial no Brasil. In: *Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia*, vol. 2. Departamento do Patrimônio Histórico, Eletropaulo, São Paulo, pp.252-259.

Em uma reunião de trabalho sobre "Arqueologia Industrial e História da Técnica", dentro das atividades do Io. Seminário Nacional de História e Energia, o A. discute a inadequação do conceito de Arqueologia Industrial, tal como concebido originalmente pelos ingleses, ao caso brasileiro. Referida particularmente à Revolução Industrial, a arqueologia dos restos materiais desse processo, ou seja, de antigos sistemas de canais com comportas, viadutos, restos de antigas ferrovias, maquinaria de época, etc., fortemente atrelada à valorização do aproveitamento da energia a vapor, não encontra ressonância em nossa realidade histórica. Com um processo de industrialização tardio, cujos primórdios estariam apenas na década de 30, com o incremento da indústria têxtil, segundo alguns historiadores, ou mesmo um pouco antes, em meados do século XIX, com a instalação das primeiras fábricas de tecido e fiações na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, a questão torna-se bastante discutível.

O A. entende que o processo mais importante do ponto de vista da indústria, entre nós, está ligado à história do açúcar, na primeira metade do século XVI, com a instalação dos engenhos no nordeste, sendo este o início da implantação de uma atividade manufatureira no Brasil. Justamente aí, e não na indústria têxtil, deveriam se concentrar as investigações sobre a emergência desse processo. Questiona a real necessidade de uma Arqueologia Industrial, que estaria contribuindo para uma crescente compartimentação de natureza disciplinar, entendendo que este campo se insere mais adequadamente no âmbito de uma História da Técnica, voltada para os aspectos técnicos da produção, do ponto de vista dos materiais trabalhados, dos meios de trabalho e do trabalho contido na produção material. Cita pesquisas pioneiras, que precedem essa rotulação, e destaca outros aspectos que mereceriam ser investigados, como a carpintaria naval, e mesmo a implantação das ferrovias ou das próprias fábricas de tecidos, defendendo a dissociação da Arqueologia Industrial da Revolução Industrial.

GUIMARÃES, Carlos Magno & LANNA, Ana Lucia Duarte. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. *Pesquisas, Antropologia*, n. 31:147-164.

O artigo apresenta o resultado das pesquisas desenvolvidas no Vale do Jequitinhonha e na Serra da Canastra, voltadas para a análise de quilombos, uma das formas de reação engendradas pelo negro para escapar à escravidão, no Brasil Colonial. São discutidos alguns aspectos do modo de produção escravista, entendendo-se o quilombo como uma

especificidade desse sistema e não como uma manifestação isolada e dele desvinculada. São expostos os resultados obtidos em cinco quilombos da região, onde foram recuperados os seguintes vestígios: cacos cerâmicos com decoração incisa, impressão de tecidos e de pente; cachimbos, painéis de ferro e de esteatita; talheres, chapas de metal, fragmentos de faiança, garrafa de vidro e seixos rolados marcados com uma cruz feita com corante mineral vermelho; fogueiras e restos alimentares, basicamente ossos de mamíferos de grande porte. Em dois sítios foram identificados painéis de pinturas rupestres feitos por quilombolas, a carvão.

São apresentadas as seguintes conclusões: todos os sítios estão localizados em pontos estratégicos, de difícil acesso e próximos a rotas comerciais. Os quilombos examinados ou tiveram uma população reduzida, em torno de 20 a 30 pessoas, ou foram ocupações resultantes da pulverização de unidades maiores, uma estratégia utilizada em épocas de extrema repressão. As diferentes configurações que os quilombos apresentam são resultantes do local em que foram implantados e também do tipo de atividade produtiva desenvolvida na região: agricultura, pecuária ou mineração.

GUIMARÃES, Carlos Magno; SANTOS, Ana F. M.; GOLÇALVES, Betânia D.; PORTO, Liliansa de M. O Quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia. In: Anais do Io. Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra, *Estudos Ibero-Americanos*, vol. XVI, nos. 1 e 2:161-174.

Os autores destacam, nesse artigo, a importância da investigação baseada no cruzamento de dados obtidos a partir de diferentes fontes e não exclusivamente na análise documental. A recuperação e valorização dessas fontes, em geral desprezadas pela historiografia tradicional, vêm permitindo, a uma vertente mais contemporânea, desmistificar a visão de mundo construída a partir da documentação oficial e reconstruir aspectos da realidade mais próximos da vida cotidiana.

Com essa perspectiva está sendo desenvolvido o projeto "Quilombo do Ambrósio", que se propõe à reconstituição histórica da dinâmica social interna daquela comunidade e à sua inserção na sociedade mineira escravista do século XVIII. Três tipos de fontes estão sendo utilizadas: uma lenda, escrita por Carmo Gama em fins do século XIX e publicada em 1904; a documentação oficial produzida pelas autoridades coloniais, referentes à organização e desenvolvimento da campanha repressiva contra o quilombo, e o registro arqueológico. Os dados parciais obtidos através dessas fontes são expostos no texto.

A perspectiva arqueológica, em fase inicial, vem resgatando blocos de barro provenientes das construções de pau-a-pique feitas pelos quilombolas, madeira carbonizada (confirmando a destruição do quilombo por um incêndio), restos de pisos de barro alisado, fragmentos de cerâmicas (cachimbos, vasilhames) e restos alimentares (favas diversas, fragmentos de espiga de milho). Com o prosseguimento das pesquisas, os autores esperam poder recuperar a forma e as dimensões das construções, bem como a sua distribuição no quilombo; a divisão espacial do trabalho, as práticas alimentares, a reconstituição do ambiente ecológico, a densidade populacional do assentamento e assim por diante.

KERN, Arno Alvarez. Um patrimônio mundial: os Trinta Povos das Missões. *História: Ensino e Pesquisa*, 1:114-118.

Nesse artigo, o A. discute a noção de patrimônio histórico-cultural relacionado à idéia de memória, dissociando esta perspectiva da idéia pura e simples de passado e entendendo-a como a criação de uma memória social para o presente. Diferente da memória popular, cria uma base de referências que permite o entendimento do processo de desenvolvimento histórico, favorecendo a compreensão dos fundamentos de uma identidade sócio-cultural da comunidade. A recuperação de evidências pela História e pela Arqueologia possibilita a reconstituição de uma memória que se torna acessível à sociedade sob forma de um patrimônio.

É destacada no texto a possibilidade de transformação dos Trinta Povos em patrimônio mundial pela UNESCO e o A. chama a atenção para o fato de que mais que a recuperação e consolidação das suas ruínas, é necessário transformar todo esse conjunto em memória social, para que assim seja devolvido à sociedade. Para tanto, deve ser reconstituído

o processo histórico global da região, com o desenvolvimento de pesquisas históricas e arqueológicas, além dos trabalhos de restauro, em um esforço interdisciplinar. Envolvendo os três países interessados, Brasil, Paraguai e Argentina, poderia ser incrementado um programa de âmbito regional; um outro, mais abrangente e internacional, poderia ser desenvolvido pela UNESCO, transformando os povoados em verdadeiros museus ao ar livre onde, através de um contato direto com as edificações, com os objetos e as evidências ordenadas no próprio espaço da Missão, ocorresse a conscientização dessa memória, elaborada a partir da documentação encontrada. O reconhecimento dos Trinta Povos das Missões como patrimônio da humanidade seria o primeiro passo nesse sentido.

KERN, Arno Alvarez. Escavações arqueológicas na Missão Jesuítico-Guarani de São Lourenço (RS, Brasil). *Estudos Ibero-Americanos*, vol. XV, n. 1:111-133.

Nesse artigo são expostos os resultados parciais obtidos com as escavações arqueológicas na Missão de São Lourenço, um dos povoados na transição do século XVII para o XVIII, no interflúvio que separa os vales do rios Piratini e Ijuí, no período de florescência e expansão dos estabelecimentos jesuíticos no sul do Brasil.

Inicialmente o A. tece considerações sobre a abordagem multidisciplinar utilizada na pesquisa das Missões Jesuítico-Guaranis da região platina, empregando simultaneamente métodos da História, da Etnologia Histórica e da Arqueologia Histórica. Coloca como ponto de partida para a construção de uma nova história, mais complexa e mais verossímil, a confrontação entre os documentos escritos e os documentos materiais existentes sobre o complexo processo que, de um salto, levou os horticultores e guerreiros guaranis das suas aldeias até os povoados com plano renascentista e feições barrocas do século XVIII, transformando-os em vassallos do Rei de Espanha.

Fornece uma visão panorâmica, de natureza histórica e etnográfica, sobre a trajetória dos Guaranis, desde a sua origem, na planície amazônica, e dispersão pelos ambientes de florestas tropicais e sub-tropicais, passando pelo choque brutal com as frentes de colonização luso-espanhola nos séculos XVI e XVII, o processo de aculturação deflagrado com a sua cristianização e redução, até a derrocada da utopia jesuítica em meados do século XVIII, determinada pela expulsão da Companhia de Jesus, em 1768, e pela partilha dos territórios do Prata Oriental entre Portugal e Espanha.

É feita uma análise da formação do sítio arqueológico de São Lourenço, a partir do processo de construção/demolição de uma das edificações, integralmente escavada. A metodologia utilizada na pesquisa de campo é descrita, assim como os cômodos onde foram feitas intervenções, prevendo-se a continuidade dos trabalhos até a escavação total de São Lourenço. Os vestígios recuperados, ainda em análise, serão comparados com o material resgatado em outros sítios da região missioneira (São Miguel, São João, São Nicolau). Integra ainda este projeto o Prof. Dr. P. A. Mentz Ribeiro que, com sua equipe, publicou uma minuciosa descrição do material recuperado neste povoado (Ribeiro *et al.*, 1989).

KERN, Arno Alvarez. A Arqueologia Histórica, a História e os Trinta Povos das Missões. 1989 *Clio*, Série Arqueológica, 5:101-114.

Em trabalho apresentado originalmente ao Seminário de Arqueologia Histórica (1985), o A. expõe as dificuldades existentes para a conceituação da Arqueologia, enquanto uma "ciência em construção", entendendo-a como uma das abordagens metodológicas e técnicas que permitem a percepção e o conhecimento do passado da humanidade, e em última instância, a reconstituição da História em seu sentido mais amplo. Ao investigar sociedades com escrita, ela é particularmente importante com referência à atividades não documentadas, por assumir um caráter de complementaridade às lacunas existentes nos registros escritos, cuja autenticidade pode ser por ela testada.

A "história total", pleiteada por alguns historiadores, embora possível enquanto noção teórica, é impossível de ser alcançada na prática. As interpretações a partir dos registros feitos pelas classes dirigentes são parciais, incompletas e unilaterais; tais limitações podem ser contornadas pela combinação da análise histórica com a arqueológica e essa abordagem mul-

tidisciplinar é defendida vigorosamente no texto. O conceito de documentação deve ser renovado e ampliado, englobando não apenas os documentos escritos mas também os materiais, o que abre perspectivas para transcender a ótica das classes dirigentes e reconstituir o cotidiano e o modo de vida das massas. A Arqueologia Histórica, a História e a Antropologia devem se aliar na busca de uma síntese criadora, guardadas as especificidades de cada uma, já que possuem metodologias próprias, não obstante os objetivos comuns.

O A. toma como exemplo a tarefa de reconstituição do processo histórico missioneiro da região platina, onde é impossível estabelecer um limite entre as sociedades ágrafas e com escrita que conviveram entre si. A Arqueologia Histórica neste caso pode esclarecer as nuances no complexo processo de transculturação desses grupos indígenas com europeus e uma atuação conjunta com a História vem permitindo transcender as suas muitas limitações.

KERN, Arno Alvarez. A cultura material, a História e a Arqueologia. In: *Anais da Xa. Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, pp. 37-40.

Nesse estudo, o A. discorre sobre a importância das pesquisas relativas à cultura material, visando superar os limites das investigações históricas e arqueológicas. O amplo universo da documentação material, por tudo o que é capaz de refletir da cultura que a produziu, permite ampliar os conhecimentos para uma melhor reconstituição e compreensão da história. As fontes escritas, aí incluída a iconografia, produzidas apenas pelas elites e somente nos últimos cinco mil anos de um processo que durou dois milhões de anos, eivada muitas vezes de preconceitos e distorções de natureza ideológica, devem ser necessariamente complementadas pela documentação material. Produzida em abundância por todos os segmentos sociais, ela fornece elementos para o estudo de todo o processo histórico, desde as primeiras sociedades humanas até a atualidade.

É feito um histórico, no texto, da utilização da cultura material como fonte primária para a pesquisa, a partir do Renascimento, que agrupou à sua volta historiadores, arqueólogos, historiadores de arte e historiadores da técnica. Objeto de estudo por excelência da Arqueologia, que desenvolveu os métodos mais adequados para a sua abordagem, permite reintegrar à História as grandes maiorias esquecidas em suas atividades cotidianas, valorizando igualmente simples objetos, templos e palácios. Dessa leitura arqueológica resultam elementos fundamentais, como seqüências de gestos técnicos, atividades padronizadas, usos de utensílios e recipientes, relações entre forma e função de objetos, em suma, tudo o que dá vida ao cotidiano, sendo a cultura material estruturada pelas relações existentes entre esses objetos e pelas associações de artefatos e fatos sociais.

LA SALVIA, Fernando. São Lourenço Mártir: algumas idéias para uma pesquisa arqueológica. *Ciências e Letras*, n. 3:67-75.

Nesse artigo o A. expõe os objetivos de uma pesquisa arqueológica a ser desenvolvida na Missão de São Lourenço Mártir, fundada em 1690, junto ao Piratini, a poucas léguas de São Luiz de Gonzaga e São Miguel Arcanjo. São fornecidos dados históricos referentes à sua fundação, relatos de cronistas que por lá passaram até o século XIX, e descrição das suas principais estruturas arquitetônicas. A partir da análise de uma planta da Missão, confeccionada no século XVIII, é feito um cálculo demográfico para esse estabelecimento, inferior, no entanto, aos números populacionais apresentados na documentação dos jesuítas.

São colocados como principais objetivos da pesquisa: o estabelecimento de padrões de povoamento, da amplitude e da distribuição do sítio; morfologia, funcionalidade e utilização dos espaços; relação homem x meio ambiente, através da localização dos depósitos e pontos de abastecimento, das áreas de dejetos e do sistema de cloacas e águas servidas.

LA SALVIA, Fernando. A Arqueologia nas Missões e uma perspectiva futura. In: *Anais do Vº. Simpósio Nacional de Estudos Missionários*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Santa Rosa, pp. 207-219.

O A. propõe, no artigo, uma ação imediata e definitiva para o estudo das missões jesuíticas, procurando definir arqueologicamente a região. Faz um levantamento das diversas atividades promovidas pelo Estado na área missioneira, a nível de limpeza, guarda, proteção, conservação, e procura demonstrar a existência de compromissos de ordem meramente estéti-

ca, em lugar de uma efetiva preservação do conteúdo cultural dos sítios. Faz um histórico das intervenções arqueológicas realizadas e expõe o seu próprio projeto para a salvaguarda dos vestígios do período missioneiro no Rio Grande do Sul. Ao final, clama por uma participação efetiva da arqueologia nos projetos em desenvolvimento, em suas etapas iniciais, apontando falhas que vêm sendo injustificadamente cometidas em decorrência dela não estar sendo devidamente valorizada.

LORDY, Roberto de Aquino. Da importância da pesquisa subaquática na Arqueologia Brasileira. *Revista Paulista de Arqueologia*, nº 1.

Em artigo de divulgação, o A. menciona a descoberta dos destroços de um galeão francês na Baía de Paranaguá, estado do Paraná, em 1963. Esta embarcação, supostamente pirata, e sob o comando de M. Bocachi, naufragou no litoral paranaense em 9 de março de 1718, tendo sido descoberta após 250 anos. São descritas as condições de retirada de parte do material submerso, basicamente o seguinte: âncoras, canhões de ferro e bronze, projéteis, sino de bronze, talheres com cabo de marfim e osso, fragmentos de espadas, mosquetões, arcabuzes, pistolas; imagens sacras, moedas de prata e ouro, tesouras, sinete, cachimpos holandeses e indígenas, pratos de faiança e estanho, frascos de perfume, garrafas de rum, tótems da Jamaica, entre outros objetos, depositados no Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá e no Museu Naval de São Vicente.

É discutida a rápida deterioração de peças de ferro, uma vez retiradas da água do mar, sendo proposto um método de limpeza e preservação para esses materiais.

LOTUFO, César Augusto. Resultados preliminares das escavações arqueológicas efetuadas no Solar Barão de Sahy, Mangaratiba, Rio de Janeiro. *Dédalo*, Publ. Av. 1:98-102.

Escavações conduzidas nos terrenos adjacentes ao Solar do Barão de Sahy, construído à época da elevação de Mangaratiba à categoria de Vila, em 1831, expuseram diversas estruturas e artefatos, a saber: um baldrame, possivelmente base de um antigo muro; um arruamento de pedra irregular, uma calçada, além de outras de períodos mais recentes, a par de moedas, cacos de louças inglesas, francesas e holandesas, gargalos de garrafas, vidros de linimento, ferramentas e uma fechadura. O texto fornece plantas de localização das estruturas.

MARTIN, Gabriela. Arqueologia nas missões religiosas do Vale do São Francisco. In: 1990 Anais da V^a. Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, *Revista do CEPA*, vol. 17, nº 20:287-304.

Nesse artigo a A. expõe os objetivos das pesquisas de Arqueologia Histórica desenvolvidas no Vale de São Francisco, como parte do Projeto Itaparica de Salvamento. Tendo como finalidade resgatar o maior número possível de dados arqueológicos e históricos na região a ser inundada pela Hidrelétrica de Itaparica, volta-se para o estudo da implantação das missões religiosas no vale, a partir da 2^a metade do século XVII. Instaladas primeiramente por jesuítas e, em seguida, por franciscanos, foram estabelecidas sobretudo em ilhas e em brejos, em virtude da maior fertilidade desses ambientes, que se contrapõem à aridez da região.

A par dos dados históricos fornecidos, a A. relata as tensões e os conflitos entre os missionários, empenhados em manter as lavouras indígenas, e o clã dos Garcia d'Ávila, os poderosos senhores da Casa da Torre. Pecuaristas, os membros desta influente família foram paulatinamente avançando com o gado pelo vale adentro, reservando às suas pastagens as melhores terras cultiváveis. O fato das missões não terem prosperado durante o século XVIII na região é desta forma creditado à circunstância das áreas de cultivo terem sido inviabilizadas para os indígenas aldeados.

É levantada a hipótese de que as missões foram implantadas em aldeias de índios agricultores, previamente existentes, e não o inverso, como se supõe. Assim sendo, não teria havido um planejamento urbanístico das missões nas ilhas do São Francisco, o que deverá ser testado em futuras escavações. No texto são relatados os trabalhos realizados na Missão de Nossa Senhora do Ó, na ilha de Zorobabel, em Itacuruba (PE), destruída em 1792

por uma enchente do rio. As escavações permitiram recuperar a planta desta missão, construída pelos capuchinhos franceses. Outras ilhas prospectadas apresentam ainda ruínas de antigas missões, prevendo-se futuras escavações nesses locais.

MAXIMINO, Eliete Pythagoras Brito. *Sítios com pederneiras no vale médio do rio Tiête: um estudo de Arqueologia Histórica*. Dissertação de mestrado em História Social, apresentada à FFLCH/USP, São Paulo, 2 vols., 369p.

Em dissertação apresentada à USP para obtenção do título de mestre em História Social, a A. dedicou-se ao estudo de sítios líticos em campo aberto, no médio Tiête, interpretados como sítios históricos em função do material aí ocorrente, basicamente pederneiras de sílex utilizadas em armas de fogo.

Nesse trabalho é feito um histórico sobre armas de pederneiras (origens, evolução, principais tipos e sua introdução no país) e sobre a produção das próprias pederneiras. São discutidos aspectos tecnológicos do fabrico dessas peças, pouco conhecidos (extração, seleção e redução da matéria-prima nas minas; transporte para as manufaturas; preparo dos núcleos, secagem do excesso de umidade, debitagem do núcleo e obtenção de lâminas, sua fragmentação em diversas pederneiras e retoque final). Em seguida é apresentada a pesquisa, sítio a sítio (descrição da área e dos sítios, dos métodos e técnicas empregados em campo e no laboratório para análise tecnológica do material lítico e cerâmico, e das técnicas de coleta das fontes orais); os resultados obtidos com o tratamento estatístico das amostras, a tipologia construída e os depoimentos de pedreiros ainda vivos ou de seus descendentes, que trabalharam em oficinas de pederneiras. Ao final é feita uma análise comparada dos resultados obtidos, que foram contrastados com dados apurados em outras ocorrências no Brasil e em outros países na América do Norte, Europa e África.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano. *Arqueologia Histórica, pesquisa histórica e restauração de monumentos*. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, 2(1):13-17.

O A. assinala a pouca divulgação dos trabalhos de Arqueologia Histórica no nordeste, entendendo que esse tipo de estudo significa basicamente trabalhar com material de origem européia, tendo em vista a progressiva absorção do elemento indígena ante o avanço dos colonizadores portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses. Igrejas, conventos, habitações urbanas, engenhos, construções industriais e militares constituem os diferentes sítios arqueológicos do nordeste, além dos subaquáticos. Coloca as raízes do Brasil na Europa, considerando que não houve uma integração significativa do colonizador com a população nativa, mas sim a sua expulsão e o seu extermínio, particularmente no litoral.

Para a investigação desses sítios, defende uma crescente especialização, já que os pesquisadores da pré-história brasileira não estariam devidamente capacitados para escavar engenhos ou fortificações, assim como os especialistas de sítios de ocupação holandesa teriam dificuldades em estudar ocupações espanholas. São discutidas as expressões "Arqueologia Histórica", "Arqueologia Colonial" e "Arqueologia Histórica de Sítios Históricos," sendo que a primeira é a mais aceita, ressaltando-se a sua relação com a restauração de monumentos arquitetônicos, para a qual tem condições de contribuir com importantes subsídios. Considera fundamental, nesse tipo de pesquisa, a investigação da documentação histórica, que deverá ser coroada com um programa de esclarecimento áudio-visual ou monográfico para os visitantes do monumento, sem o que o trabalho estará incompleto.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano. *Belarminos: jarros alemães de pó-de-pedra do século XVII encontrados no nordeste*. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 14p.il.

O A. noticia o achado de Belarminos em pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Pontal de Suape, em Pernambuco, e na Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo, na Paraíba. Vasos cerâmicos de contornos esféricos ou piriformes, manufaturados em torno, caracterizam-se por uma decoração antropomorfa, associada a medalhões. Faces humanas barbadadas são aplicadas normalmente aos gargalos, logo abaixo das bordas, enquanto os meda-

lhões são apostos no bojo, em número variável. As tampas, em forma de chapéus redondos, funcionam como um complemento decorativo dessas carrancas.

Destinados ao armazenamento de líquidos, são originários de Liegburg, na Alemanha. Posteriormente aperfeiçoados pelos oleiros de Colônia, que passaram a esmaltá-los, foram exportados em grandes quantidades para a Inglaterra, França, Países Baixos, e, através deles, para a América. Muito populares nos séculos XVI e XVII, entraram em desuso no final deste último, quando foram substituídos por garrafas de vidro. No século XIX voltaram a ser fabricados, o que dificulta muito a sua correta datação e identificação.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano. O Galeão Sacramento (1668) - um naufrágio do século XVII e os resultados de uma pesquisa de Arqueologia Submarina na Bahia. *Revista Navigator*, 13:7-40.

O A. ressalta o caráter pioneiro desta pesquisa de arqueologia submarina, realizada a partir do achado, em 1973, do casco de uma embarcação naufragada ao largo do Rio Vermelho (BA), e de um abundante material aí depositado. A partir de registros documentais, a nau foi identificada como o Galeão Sacramento, capitânia de uma armada da Cia. Geral do Comércio do Brasil, que deixou Portugal em 1668.

São apresentados os procedimentos de campo (esboço da área, levantamento planimétrico, retirada da artilharia pesada, quadriculamento da área escavada, recolhimento manual das peças e com equipamento de sucção, içamento para a superfície, nova imersão das peças em tôneis com água do mar) e descritos os achados, basicamente os seguintes: canhões e suas balas, âncoras, canos de mosquetes, em ferro; utensílios diversos em estanho, indicando um certo luxo a bordo, todos provenientes da popa, a parte nobre do galeão; tachos, caldeirões e bacias, em cobre; balas de mosquetes, arcabuzes, pistolas, crucifixos, selos, placas e rolos, em chumbo; botões e dedais de costura, em latão; figas, adornos, apito, cabos para navalha, em madeira; contas e garrafas de vidro; instrumentos náuticos, como astrolábios, compassos de navegação e réguas graduadas. Estudos mais detalhados foram feitos a partir das faianças portuguesas (peças diversas nos padrões "aranhões", "rendas", esfera armilar e brasonadas), canhões em bronze, moedas portuguesas e espanholas em prata, selos em chumbo associados ao comércio de têxteis, diversos contentores em cerâmica, assim como imagens de santos e cachimbos ingleses, sendo que alguns desses itens forneceram importantes elementos para a confirmação cronológica do achado. Todo esse material encontra-se fartamente ilustrado no texto.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano. Jarras de azeite no nordeste colonial. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, 49:293-303.

Nesse artigo o A. registra a ocorrência de jarras de azeite em sítios arqueológicos do século XVII, pesquisados em Pernambuco (Pontal do Suape, Cabo de Santo Agostinho), Paraíba (Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo) e Bahia (sítio arqueológico do Rio Vermelho, submerso no litoral da Bahia, e que possivelmente corresponde ao naufrágio da nau portuguesa Sacramento, afundada em 1668), e apresenta as informações por ele coligidas, na bibliografia especializada, sobre esse tipo de artefato.

Peças de uso cotidiano, muito freqüentes nas naus provenientes da metrópole e nos sítios de ocupação européia desde o início do contato, são também conhecidas como bilhas, potes ou botijas, sendo este último termo considerado, segundo o A., como o mais adequado para a sua designação. Feitas em cerâmica, algumas apresentam-se vidradas e, ao que tudo indica, destinavam-se não apenas ao transporte de líquidos (azeite, água, vinho), mas também de sólidos (azeitonas, alcaparras, grãos, entre outros).

É apresentada a tipologia feita por John Goggin para esses jarros, sendo que as 25 peças recuperadas foram analisadas, discutidas e inseridas nas suas categorias classificatórias.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano. O fumo no nordeste. 1500-1654. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, 49:253-292.

Esse estudo, voltado para o consumo de tabaco no nordeste do Brasil, entre os séculos XVI e XVII, aborda os seguintes tópicos: analisa, através dos relatos dos cronistas, as diversas formas da sua utilização entre os índios Tupi (mascar, engulir, "beber", cheirar, aspirar), as propriedades que lhe eram atribuídas (mágicas, estimulantes, narcóticas, curativas, etc.) e o equipamento destinado à sua ingestão (piteiras, charutos, canudos, feitos de vegetais ou de barro). É destacado o fato de que, à época do contato, o cachimbo (piteira ligada a um forninho) era conhecido apenas pelos índios norte-americanos. Repassado por estes aos colonizadores ingleses, foi introduzido na Europa e, rapidamente aceito, difundiu-se até o Extremo Oriente em pouco mais de 50 anos. Fabricado em larga escala na Inglaterra e na Holanda, por volta de 1600, começou a ser exportado para a América no começo do século XVII. Uma ampla coleção de cachimbos holandeses, recuperados em sítios de ocupação flamenga (Porto de Suape, PE; Forte de Santa Catarina do Cabedelo, PB) serviu de base à pesquisa. São apresentados os tipos decorativos, moldados e estampados, bem como um inventário de marcas, com várias ilustrações.

Considerando os seguintes métodos estatísticos que, tendo por base as técnicas de fabricação e as relações entre determinadas medidas, permitem estabelecer cronologias de tipos e, por conseguinte, datar os sítios, o A. aplicou-os tentativamente à sua amostra: a fórmula Harrington, originalmente desenvolvida para cachimbos ingleses, a partir das suas piteiras; a equação de Binford, proposta para refiná-la, e finalmente a de Egberts, que trabalhou com cachimbos holandeses e que se aplica a forninhos. Os resultados obtidos a partir das duas primeiras foram considerados inadequados para cachimbos holandeses, por serem posteriores às datas historicamente conhecidas, muito bem controladas, necessitando de um fator de correção para a sua aplicação. Já a de Egberts forneceu datas mais exatas, parecendo ser mais adequada aos sítios cronologicamente situados entre 1630 e 1654 no nordeste.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano. Naufrágio do galeão português Sacramento - 1978

1668. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 87:15-35.

Em 1976, em pesquisa subaquática promovida pelos Ministérios da Marinha, Educação e Cultura e dirigida pelo A., foram localizados, próximo à entrada da barra da Baía de Todos os Santos, restos naufragados do galeão português Sacramento. Nau Capitânia de uma grande frota que se dirigia à colônia brasileira, em 1668, a serviço da Companhia Geral do Comércio do Brasil, afundou no litoral baiano em meio a uma grande tormenta. Transportando cerca de 1000 pessoas, sendo 800 praças e quase 200 passageiros, trazia uma carga não muito grande, por se tratar de um navio de guerra.

O texto fornece um pequeno histórico do naufrágio e as referências existentes a seu respeito. Os achados descritos incluem poucos restos do seu madeirame, blocos de granito utilizados como lastro, âncoras de ferro e ainda: artilharia de fundição inglesa, holandesa e portuguesa (canhões, falconetes, colubrinas de bronze), instrumentos de navegação (compassos e régua de latão, astrolábios), louças de bordo (pratos, jarras e tigelas de cerâmica grosseira, maiólica portuguesa e porcelana chinesa), castiçais, tigelas e pratos de estanho, e cerca de 50 moedas de prata, portuguesas em sua maioria e espanholas, com contramarcas ou carimbos. Da carga propriamente dita foram recuperados centenas de dedais de costura, em latão; anéis de chifre e alianças de cobre; dezenas de garrafas de vidro, imagens de Cristo em chumbo, uma partida de navalhas de barbear, grande quantidade de munição para mosquetes e arcabuzes, dezenas de jarras de cerâmica (*Spanish Oliver Jar*) utilizadas como contentores para esses projéteis e também para azeitonas e ameixas. A presença de selos de chumbo portugueses e ingleses (oficiais e mercantis) faz supor a presença de têxteis, em meio à carga. Alguns objetos foram utilizados como elementos para datação, basicamente peças de artilharia que traziam gravadas a data de fundição, garrafas marcadas e moedas.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano (coord.). O Cabo de Santo Agostinho e a Baía de Suape: arqueologia e história. *Revista do Instituto Arqueológico,*

Histórico e Geográfico Pernambucano, vol. LIII:31-149.

Visando fornecer elementos para o projeto de restauração dos monumentos históricos da região do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape (PE), e conseqüentemente a

sua preservação, valorização e reativação, foram aí empreendidas pesquisas arqueológicas históricas, subaquáticas e de salvamento. Ponto estratégico para o abastecimento da Capitania e escoamento da produção de açúcar dos engenhos, no século XVII, foi solidamente fortificada pelos luso-brasileiros após a tomada de Recife e Olinda pelas armas da Companhia das Índias Ocidentais.

Em termos metodológicos, a região foi dividida em 15 áreas, pesquisadas do ponto de vista histórico e arqueológico: Quartel do Castelo do Mar, Castelo do Mar, Baterias de São Jorge, Capela Velha, Capela de N. Sra. de Nazaré e Forte de Nazaré, Farol Velho, Forte do Pontal de Suape, Forte Ghijselin, Acampamento holandês, Bateria da Calheta, Quartel do Forte de Gaibu, Forte de Gaibu e sítios arqueológicos submarinos de naufrágio (Galeão São Paulo 1652, mapeado e fotografado, e Iate Zee-Ridder (1634), apenas registrado). Ao final são discutidos os sistemas construtivos dessas edificações e analisados os seus materiais construtivos, com particular destaque para os tijolos.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano. O Forte das Cinco Pontas - um trabalho de Arqueologia Histórica aplicada à restauração de monumentos. *Coleção Monumentos do Recife*, n. 1, Recife, Fundação de Cultura cidade do Recife. 170 p.il.

Nesse trabalho são expostos os resultados obtidos através de pesquisas arqueológicas empreendidas no Forte das Cinco Pontas, situado no Bairro de São José, no Recife, a serviço dos trabalhos de restauração aí desenvolvidas. Nele são discutidas as principais escolas de fortificação, italiana e holandesa, bem como a evolução das teorias de defesa militar, a partir do século XVI, determinada pelos progressivos avanços tecnológicos; as circunstâncias históricas que levaram à construção dessa fortificação, em 1630; os fatores estratégicos que condicionaram a sua localização e implantação no terreno e os sucessivos traçados que lhe foram impostos através dos séculos; a sua configuração durante os domínios holandeses (1630-1654) e português (a partir de 1684); as diferentes funções assumidas (de táticas, enquanto uma fortificação, a logísticas, enquanto quartel e prisão) em decorrência das estratégias de guerra, que acabaram por decretar a sua obsolescência, e a adequação de seu espaço interno a esses diferentes usos.

A pesquisa arqueológica consistiu na investigação de paredes e pisos, mediante a sua remoção, e no "estabelecimento de conexões entre a superestrutura e a infra-estrutura de pedra e cal, e destas com o primitivo forte holandês, de taipa e estocada". É descrito o material arqueológico aí recuperado, basicamente em cerâmica (grande quantidade de cachimbos, sobretudo holandeses; faianças portuguesas e holandesas do século XVII; francesas, inglesas e holandesas, do século XIX, além de botijas, *belarminos*, etc.) e em metal (fivelas, armas, moedas, pregos, chaves, cadeados, ferraduras, etc.). O livro é fartamente ilustrado com plantas, mapas e fotos.

NAUE, Guilherme; SCHMITZ, Pedro Inácio; VALENTE, Wander; BECKER, Itala I. 1971 Basile; LA SALVIA, Fernando; SCHORR, Maria Helena A. Novas perspectivas sobre a arqueologia de Rio Grande, RS. In: *O homem antigo na América*. São Paulo, Instituto de Pré-História, pp. 91-111.

Nesse artigo os autores apresentam uma classificação para os sítios arqueológicos do município de Rio Grande (RS), agrupando-os em quatro categorias: os da Fase Vieira, os de Tradição Tupiguarani, os que contêm elementos culturais dessas duas manifestações misturados e os que apresentam simultaneamente material indígena e europeu, caracterizando claramente sítios de contato. Aí aparecem cerâmicas vidradas, porcelanas, garrafas, moedas, balas de chumbo, botões, tijolos e cachimbos de tipo europeu, associados em sua maioria à cerâmica Vieira. Há registros onde aparece também a cerâmica Tupiguarani, mas a Vieira está sempre presente, sugerindo que o grupo pertence a essa tradição. Trata-se, segundo os autores, de sítios de grupos locais aculturados, provavelmente aldeamentos ou acampamentos Charrua, em contato maior ou menor com o português.

PEROTA, Celso. Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense. Museu 1971 Paraense Emílio Goeldi, *Publicações Avulsas* n° 15:149-162.

Ao relatar os resultados obtidos pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) no estado do Espírito Santo, entre 1968 e 1969, o A. menciona, entre outras, a Fase Moenda, que é relacionada no texto à fase Calundu, diagnosticada por Dias Jr (1967) no Rio de Janeiro. A partir de coletas de superfície realizadas em três sítios (um no vale do rio Mateus e os demais no do rio Reis Magos), é analisado um material cerâmico filiado à Tradição Neobrasileira. Apresenta evidentes influências européias, como bases planas, e associação a cacos de porcelanas, cerâmica de torno, vitrificada e esmaltada, em geral com pinturas em azul.

RIBEIRO, Pedro Augusto. Mentz; MARTIN, Hardy Elmiro; STEINHAUS, Roberto; HEUSER, Lothar; BAUMHARDT, Gastão. A Redução Jesuítica de Jesus-Maria, Candelária, Rio Grande do Sul - nota prévia. *Revista do CEPA*, n.4, 60 p. il.

Nessa nota prévia, os autores reportam os resultados dos trabalhos de localização da Redução Jesuítica de Jesus-Maria, fundada em 1633 e destruída logo a seguir, em 1636, pelo bandeirante Antonio Raposo Tavares, e das prospecções arqueológicas aí realizadas. É fornecida uma descrição da região, a par de um histórico da sua ocupação pelos jesuítas espanhóis na primeira metade do século XVII. São distinguidas duas fases para as reduções no Rio Grande do Sul: a primeira, que termina com o ataque de Raposo Tavares, e a segunda, a partir de 1682, quando são fundados os sete povos das missões, e que perdura até a expulsão dos jesuítas.

O material recuperado através de coletas superficiais sistemáticas, prospecções e doações consistiu basicamente em cerâmicas das tradições Tupiguarani e Taquara (desta última apenas três cacos), cachimbos e louças; contas de vidro, implementos agrícolas em metal, fragmentos de armas (espingardas, floretes), pederneiras, balas, itaiçás, cunhas, crucifixo, tesouras, tenaz de ferreiro, fivelas, pregos, resíduos de forja, líticos e uma concha marinha com perfuração. Os autores concluem que a Redução de Jesus Maria foi ocupada por um grupo de tradição ceramista Tupiguarani e em relação aos poucos cacos da tradição Taquara são apresentadas duas hipóteses alternativas: a presença de alguns poucos indígenas de outro grupo na Redução ou acompanhando a bandeira de Raposo Tavares. O registro de escória de ferro e de uma tenaz de ferreiro apontam fortemente para a prática da fundição de ferro em Jesus Maria.

RIBEIRO, Pedro Augusto. Mentz. O Tupiguarani e o TupiGuarani no sul do Brasil e a Redução Jesuítica de Jesus Maria. In: *Anais do IIIo. Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Santa Rosa, pp.75-106.

O A. desenvolve, nesse artigo, uma perspectiva que parte de um plano mais geral, desde a chegada do homem ao território americano e sua evolução cultural na América, até chegar à domesticação de vegetais e ao surgimento da cerâmica no continente. Em seguida direciona o foco para os grupos ceramistas do sul do Brasil, detendo-se na tradição Tupiguarani, objeto de seu estudo. É discutida a sua possível conexão com grupos da família lingüística Tupiguarani, superpondo-se as respectivas áreas de distribuição, que coincidem apenas parcialmente, razão pela qual foi adotada a supressão do hífen como elemento diferenciador para a designação do complexo arqueológico. Não obstante, é enfatizado o fato de que foi registrada a ocorrência desta cerâmica, após o contato, apenas entre elementos daquela família lingüística.

São discutidos aspectos da cultura Tupiguarani, passíveis de serem correlacionados com achados arqueológicos e ainda as características gerais da tradição ceramista, as hipóteses existentes para a sua ampla dispersão através de duas grandes ondas migratórias, e uma periodização para as suas principais manifestações ou "sub-tradições". As mais tardias abrangem o período colonial e chegam até o século atual. Neste ponto o autor introduz dados referentes à sua pesquisa na Redução Jesuítica de Jesus Maria, nas proximidades de Candelária (RS), concluindo que ela foi ocupada por um grupo da tradição ceramista Tupiguarani, eliminando uma dúvida histórica, já que se supunha serem os Tapes (de filiação incerta) os indígenas nela aldeados.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. O Tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a Redução Jesuítica de Jesus Maria. *Revista do CEPA*, n. 10, 172 p. il. 1981

Esse trabalho, apresentado como dissertação de mestrado na área de História da Cultura, à PUC/RS, discute o processo de colonização do Vale do Rio Pardo pelo tupiguarani, desde 1550 até a instalação da Redução Jesuítica de Jesus Maria, em 1633, abordando ainda a sua posterior expulsão, o retorno e finalmente a sua completa absorção pela sociedade brasileira, por volta de 1900.

Em seguida à apresentação do ambiente e de um histórico da ocupação da região, é feita uma descrição dos sítios e do material arqueológico aí recuperado (cerâmicas, líticos, louças, vidros, metais, ossos e conchas), tendo sido reconhecida a existência de quatro fases na região, com base na seriação da cerâmica e em outros traços culturais associados: duas tupi-guarani, "Botucaraí" (1550-1633) e "Trombudo" (1600-1636); uma de transição tupiguarani/neobrasileira, "Reduções" (1633-1636); e uma neobrasileira, "Pardo" (1757-1900), sendo esses elementos comparados a outras ocorrências nos estados mais meridionais e países vizinhos. São analisados contatos interétnicos (indígena/europeu, tupiguarani/taquara), bem como reconstituídos os possíveis movimentos migratórios no vale.

Através de uma variação progressiva dos elementos da cultura material e da incorporação de novos traços (fundição de ferro, criação de bovinos, emprego de taipa, sistemas de defesa) e à luz da documentação histórica, o A. acompanhou o gradativo processo de aculturação no Vale, que implicou na passagem de um nível tribal, de horticultura ou agricultura incipiente, para a cultura europeizada da época.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. O Tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a influência missioneira. In: *Anais do Vº Simpósio Nacional de Estudos Missionários*, pp. 188-206, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de D. Bosco, Santa Rosa.

O artigo trata da influência sofrida pela chamada Tradição Tupiguarani em seu contato com o missionário jesuíta espanhol, no Vale do Rio Pardo, RS. São distinguidos dois processos na região: um, na primeira metade do século XVII, que apresenta um grupo indígena que aparentemente não teve contato com o europeu; e outro, da segunda metade do século XVIII, que aí reaparece fortemente aculturado e que passa a conviver com os portugueses. São fornecidos os dados históricos referentes à ocupação da área pelos espanhóis, desde a formação das primeiras reduções até a expulsão dos jesuítas, quando ocorre um grande êxodo dos remanescentes das Missões para domínios portugueses, iniciando-se assim uma intensa miscigenação, até a completa absorção dos indígenas pela sociedade européia.

O A. analisa sob esta ótica os dados recuperados arqueologicamente, visando compreender este processo de aculturação. Os vestígios indígenas são atribuídos à tradição cerâmica tupiguarani, sem que contudo se disponha de elementos para associá-los a qualquer grupo lingüístico. Arquitetura e elementos de urbanização, sistemas defensivos, armas, práticas de metalurgia, cultivo e domesticação de animais, tecnologia para a produção de cerâmicas, hábitos como fumo e consumo de chimarrão, substituição progressiva de utensílios líticos por implementos de ferro, presença de elementos da religião cristã, entre outros, são traços utilizados na investigação da passagem de um nível tribal para a cultura européia da época. Variáveis como formas de vasilhames, analisadas em relação aos restos alimentares resgatados, basicamente ossos e dentes de bovinos, apontam para um declínio da agricultura como base alimentar, em favor de um maior consumo de carne bovina. Há evidências na região, entretanto, da presença de grupos indígenas, entre meados do século XVII e século XIX, que não apresentam elementos de aculturação e que parecem ter resistido tanto aos jesuítas, quanto aos portugueses, compondo a chamada Fase Canhadão.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz; RIBEIRO Catharina Torrano; SILVEIRA, Itela. 1988. Arqueologia e História da Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, RS, Brasil. *Revista do CEPA*, vol. 15, n.18, 115p. il.

Nessa publicação os autores comunicam os resultados obtidos com as pesquisas arqueológicas e históricas empreendidas na povoação de São Nicolau, situada nos arredores

da cidade do Rio Pardo. É fornecido um histórico da ocupação da região, a partir do século XVI, e, mais detalhadamente, do Vale do Rio Pardo, mais tardia, povoada por colonos portugueses que aí se estabeleceram em meados do século XVIII.

Os indígenas transportados de Missões, por ordem de Gomes Freire, em 1757, e aí aldeados, deram origem ao povoado de São Nicolau. Sua população, entretanto, entrou em um rápido processo de miscigenação entre índios (em sua maioria guaranis), negros, pardos e brancos, conforme atestam os registros documentais. A pesquisa arqueológica consistiu em coleta de superfície, cortes experimentais e escavações sistemáticas, tendo sido encontrados alicerces de uma construção, provavelmente uma casa, e estruturas interpretadas como fogões, com grande quantidade de ossos de bovinos e fragmentos de cerâmica. Outras sondagens foram negativas, inclusive na área do cemitério. O material recuperado consistiu em fragmentos de cerâmica neobrasileira, cachimbos, castiçais, cerâmica colonial (feita em torno, com vidrado), faianças, fragmentos de frascos e garrafas de vidro, contas de colar, moedas, talheres, fivelas, dedais, botões, pequeno crucifixo de ouro, bomba de chimarrão, painéis de ferro, pregos, cravos, dobradiças, anzóis, esporas, estribos, freios, pederneiras e restos de animais (ossos e dentes de bovinos, canídeos, cervídeos e mamíferos não identificados, além de conchas de gastrópodes terrestres).

Os dados históricos foram confrontados com os dados arqueológicos e, com base na seriação da cerâmica e na estratigrafia do sítio, foi possível concluir que a cerâmica, a princípio claramente missionária, decaí do ponto de vista tecnológico. Provavelmente pela ausência do torno, do forno e dos artesãos especialistas que existiam nas Missões, a produção passa a ter um caráter doméstico, prevalecendo o acordelado e o modelado como técnicas de confecção. O uso do espaço, de início tipicamente missionário (disposição da igreja, das casas e do cemitério), assume progressivamente uma feição luso-brasileira, o mesmo ocorrendo com a cultura material em geral, que absorve, pouco a pouco, os elementos daquela sociedade, confirmando os dados históricos quanto ao forte processo de miscigenação. São fornecidas tabelas com a distribuição espacial, qualitativa e quantitativa de todas as categorias de artefatos recuperados.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz; RIBEIRO, Catharina Torrano; KLAMT, Sergio Calio; 1989
BUÇAIM SILVEIRA, Joaquim Jorge. Escavações arqueológicas na Missão de São Lourenço Mártir, São Luiz Gonzaga, RS, Brasil. *Estudos Ibero-Americanos*, vol. XV:135-151.

Esse artigo reporta as pesquisas realizadas pelos autores na Missão de São Lourenço Mártir, São Luiz Gonzaga, noroeste do RS, entre 1986 e 1988. Fundada ao final do século XVII, formava, juntamente com São Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel, São João e Santo Angelo, os Sete Povos das Missões.

Através de escavações concentradas na área residencial dos padres (cômodo, avarandado, escadaria) e na dos índios (vários cômodos), foi recuperado um material bastante semelhante ao descrito para outras missões jesuíticas espanholas a partir de 1682, no RS (Fase Missões e níveis inferiores da Aldeia de São Nicolau, no Rio Pardo). Foram obtidos os seguintes resultados: recuperação de elementos da cultura material, colocados a serviço da História e da restauração das estruturas, permitindo a negação ou a confirmação de dados históricos. A tentativa de analisar aspectos das relações sociais no interior da missão, a partir da inexistência de pisos cerâmicos nos cômodos dos índios, ao contrário do que ocorre nas dependências dos padres, abriu duas possibilidades interpretativas: trata-se de uma provável discriminação dos últimos em relação aos primeiros, ou então estaria sendo respeitada uma característica cultural dos indígenas, ao ser mantido um piso de terra batida.

SILVA, Catarina-Eleonora Ferreira da & PARDI, Maria Lucia Franco . A pesquisa arqueológica na Casa da Fundação do Ouro de Goiás, GO. *Dédalo*, Publ. Av. 1:238-261.

Subsidiando os trabalhos de restauração desenvolvidos pela 8ª. DR da SPHAN/FNpM, na "Casa da Fundação do Ouro", situada no núcleo histórico tombado da cidade de Goiás, foi aí empreendida uma pesquisa arqueológica visando resgatar o seu potencial informativo e suprir a ausência de informações históricas sobre alguns aspectos de sua

ocupação. Apesar da proposta inicial estar ligada à restauração do prédio, a pesquisa procurou transcendê-la, analisando não apenas a sua inserção no contexto do núcleo urbano, mas também as suas relações com outros centros e com as sociedades indígenas vizinhas.

É fornecido um histórico da cidade de Goiás, a partir do primitivo arraial de mineração que, nas primeiras décadas do século XVIII, lhe deu origem, da instalação (1752) e desativação (1883) da casa da fundição, bem como uma descrição da edificação e da metodologia de trabalho utilizada em campo e em laboratório. São descritas ainda a estratigrafia, as estruturas e vestígios arquitetônicos expostos com as escavações e os artefatos recuperados: fivelas, botões, pulseira, agulha, cravos, pregos, cartuchos de bala, painéis de barro, cadinhos, copelas, telhas, utensílios domésticos em faiança e porcelana, garrafas e cálices de vidro, fragmentos de vidraças, pederneira, ossos e dentes de mamíferos, aves e roedores, além de borras de fundição, grãos de ouro e mercúrio de peças não identificadas. A classificação, a quantificação e a proveniência de todo esse material estão expostas em uma tabela, tendo sido esses objetos interpretados em relação às sucessivas e diferentes ocupações do prédio. Com base nos vestígios arquitetônicos é feita uma análise evolutiva da edificação e da distribuição espacial dos diferentes serviços da casa à época do funcionamento da fundição no local.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da; MORLEY, Edna; SILVA, Catarina Ferreira da. A Restauração do Paço Imperial. A pesquisa arqueológica: primeiras notas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 20:158-165.

No âmbito do projeto de restauração do Paço Imperial, situado na Praça XV de novembro, no Rio de Janeiro, foi realizada uma pesquisa arqueológica visando fornecer subsídios para a reconstituição da evolução ocupacional da área. Nesse artigo é feito um histórico dessa ocupação, desde a instalação da Casa da Moeda e dos Armazéns Reais no local, no limiar do século XVIII, passando pela sua sucessiva transformação em Casa dos Governadores, em 1730, em residência dos Vice-Reis em 1763 e em Paço Imperial, com a vinda da Família Real, em 1808, até a sua ocupação pelos Correios e Telégrafos, no século XX.

As escavações aí realizadas evidenciaram inúmeros testemunhos imóveis desta longa ocupação: muros, pisos, canaletas, galeria, rampa, bateria de poços, chaminé, cisterna, e estruturas em pedra que confirmam a presença da Casa da Moeda. O texto descreve as mais significativas, discutindo as suas possíveis funções. Quanto ao material móvel, foram recuperadas cerâmicas, faianças portuguesas dos séculos XVII e XVIII, inglesas do século XIX, ossos de animais, cadinhos, copelas, moedas, vidros, expressiva amostra de cachimbos, entre outros. É descrita a metodologia utilizada na pesquisa de campo, que consistiu em escavações, escureações de paredes e abertura de poços-teste, aplicada a três áreas consideradas prioritárias: área 1, Casa da Moeda; área 2, intermediária, limites internos entre a Casa da Moeda e os Armazéns Reais; área 3, Armazéns Reais e Casa do Governador, tendo sido pesquisadas apenas as duas primeiras. Ênfase especial foi concedida às atividades das oficinas da Casa da Moeda, cuja interpretação foi respaldada por amplas consultas bibliográficas. Ao momento da publicação, o material coletado encontrava-se ainda em fase de análise, no laboratório.

SOUSA, Paulo Tadeu; VICTOR, Plínio; BARBOSA, Bartira. A Missão Carmelita de N.S. do Desterro de Vila Flor - Nota prévia. *Dédalo*, Publ. Av. n. 1:231-237.

Como parte do projeto de restauração e urbanização da praça da cidade de Vila Flor, RN, desenvolvido pela SPHAN/FNpM, foram previstas pesquisas arqueológicas, com a finalidade de se identificar os possíveis restos das dependências da antiga missão carmelita aí instalada e também de outras construções. Repassada ao Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPe, a investigação da área teve início em 1987 e no presente artigo são apresentados os seus resultados iniciais.

De acordo com a pesquisa documental, em uma sesmaria concedida no início do século XVII, foram assentados, na sua segunda metade, o aldeamento e a Missão Carmelita de Gramació, destinada à catequese dos índios Potiguares, que em meados do século XVIII recebeu a designação de Vila Flor. Parte de um complexo de vários aldeamentos carmelitas insta-

lados no RN, ao lado de missões dirigidas por jesuítas e frades capuchinhos, teve como principais atividades de subsistência a agricultura, a pesca e sobretudo a produção de sal, mantida com mão-de-obra indígena. A importância dessa atividade explica a sua estrutura urbana, os prédios públicos aí edificados (Casa de Câmara e Cadeia, Igreja de N.S. do Desterro) e a qualidade dos objetos recuperados, injustificáveis no caso de se tratar apenas de uma missão evangelizadora de índios. As escavações realizadas em vários pontos resgataram faianças espanholas e portuguesas dos séculos XVII e XVIII; européias e brasileiras do século XIX; louças chinesas e Cia. das Índias; cerâmicas, moedas, etc. Há evidências da existência de uma aldeia indígena tupiguarani no local e o projeto prevê a análise de toda esta seqüência cultural, desde a ocupação pré-histórica até a expansão da vila como sede das importantes indústrias do sal e do açúcar.

VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva . Sistemas construídos e memória social: uma arqueologia urbana? *Revista de Arqueologia* 2(2):46-50. 1984

Os autores propõem, a partir de uma experiência desenvolvida no bairro do Catumbi, no Rio de Janeiro, uma nova forma de investigação de espaços urbanos, em uma perspectiva arqueológica. Ao constatarem as transformações operadas através do tempo nos sistemas construídos, resultantes não apenas da sua dinâmica histórica, mas sobretudo de grandes intervenções urbanísticas que alteraram consideravelmente a feição do bairro, lançam a proposta de uma arqueologia urbana ou de uma arqueologia do urbano.

Sem que isto implique em procedimentos habituais da disciplina, como escavações, procuram promover um levantamento histórico de sistemas construídos, registrando seus usos, funções e significados em diferentes momentos no tempo, para desta forma recuperar, compreender e restituir identidades culturais e assim produzirem conhecimentos a respeito da evolução da sociedade urbana brasileira.

WATSON, Virginia Drew. Ciudad Real: a Guarani-Spanish Site on the Alto Paraná River. 1947 *American Antiquity*, 13(2):163-176.

A A. relata, nesse artigo, as pesquisas desenvolvidas em Ciudad Real, um estabelecimento fundado pelos espanhóis no século XVI, na confluência dos rios Paraná e Piquiri, em uma primeira abordagem arqueológica a um sítio historicamente documentado com a presença guarani.

São fornecidos dados históricos, referentes à penetração e ocupação da região e à fundação de Ciudad Real, o segundo assentamento espanhol na Província do Guairá, em seguida a Ontiveros. Com base em relatos etnohistóricos, são feitas considerações quanto à vida econômica, densidade populacional, atividades missionárias, revoltas e epidemias que apareceram na região. Apenas um elemento da cultura material, a cerâmica, foi investigado nesta pesquisa. Os cacos analisados foram recuperados em coletas de superfície e os dados etnológicos, arqueológicos e históricos coligidos permitiram filiá-los culturalmente aos Guarani. É feita uma descrição das características gerais desta cerâmica, bem como uma construção tipológica para as categorias predominantes, tendo sido reconhecidos cinco tipos. Outras categorias, embora reconhecidas, não foram consideradas como tipos recorrentes, face à sua baixa representatividade numérica. É discutida a distribuição geográfica de cada tipo decorativo no Vale do Paraná e a sua presença entre grupos indígenas da área.

A A. reconhece as limitações de um trabalho feito somente a partir da cerâmica, coletada superficialmente, e recomenda que a pesquisa deve ser aprofundada. Todo um complexo de traços culturais deve ser estudado, através de escavações sistemáticas, não apenas em Ciudad Real, mas em todo o Vale do Paraná e áreas vizinhas, o que contribuiria para enriquecer consideravelmente a arqueologia sul-americana. A pesquisa deste sítio foi de fato retomada por Chmyz (1963, 1964, 1976), estendendo-se posteriormente a toda a região.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. *Arqueologia - Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*, vol. 5:117-130. 1986

O A. propõe um roteiro para a classificação de louças provenientes de sítios arqueológicos históricos, com base tecnológica. A partir da composição da pasta, são divididas em duas categorias: -porosas: louças de barro, terracota, produtos de olaria (telhas, tijolos, etc.), faianças, faianças finas (pó-de-pedra), algumas refratárias-não porosas: louças vitrificadas e/ou grés cerâmico, porcelana dura.

São descritas em maior detalhe cinco dessas categorias: faiança, grés cerâmico ou louça vitrificada, louça vidrada, faiança fina (pó-de-pedra) e porcelana, sendo fornecidos alguns exemplos de ocorrências de cada uma delas em sítios históricos brasileiros. Ao final é feito um pequeno apêndice sobre a ocorrência de faiança portuguesa e porcelana chinesa em seis sítios históricos do município de São Paulo, compreendido entre os séculos XVII e XIX.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Canudos: memórias do fim do mundo. *Horizonte Geográfico*, ano I, n. 3:28-38.

Em artigo de divulgação, o A. apresenta o seu trabalho no Parque Estadual de Canudos, no estado da Bahia, enquanto coordenador do levantamento arqueológico da região. Sob a forma de um diário, expõe, em contraponto, as ocorrências em 1897 (ano do conflito) e em 1987 (ano da prospecção). O *flashback* dá a ambientação necessária ao artigo, enquanto no presente são transmitidos os dados referentes à pesquisa propriamente dita. Foi documentada a presença de ruínas de habitações, trincheiras, sepulturas, projéteis, cartuchos, pentes de bala, armas, louças européias, restos de cantis, etc., ao lado de grande quantidade de vestígios líticos pré-históricos e de gravuras rupestres. Dados históricos são fornecidos em um *box*, com fotos da época.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Calçada do Lorena: o primeiro caminho para o mar. *Memória*, ano III, nos 7 e 9.

Em artigos de divulgação, o A. expõe, em duas etapas, o trabalho de recuperação da Calçada do Lorena, no estado de São Paulo, a primeira via projetada para se transpor a Serra do Mar, unindo o planalto ao Porto de Santos. Pavimentada com pedras irregulares, foi concluída em 1792, sendo intensamente utilizada por tropas de mulas, o principal meio de transporte à época.

São descritos os procedimentos metodológicos e técnicos empregados no levantamento arqueológico, destinado a resgatar elementos dos sistemas de construção e drenagem, desvios, retificações, reformas, trechos de pavimentação ou estruturas de contenção e arrimo, já desaparecidos com o abandono da via, e ainda antigos pousos e paradas de tropas. Com o seu traçado original recuperado e restaurado, prevê-se a devolução da Calçada para utilização da comunidade, transformada agora em centro de lazer ecológico, histórico e cultural.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Ouro e ciência no meio da mata. *Nova Ciência*, ano II, 1991 n. 8:13-16.

Em artigo de divulgação, o A. expõe os resultados obtidos com as prospecções que empreendeu no vale do rio Guaporé, por solicitação da então 8ª DR - SPHAN/FNpM, com a finalidade de implantar o Projeto Etnoarqueológico do Negro no Mato Grosso. Área de mineração explorada a partir das primeiras décadas do século XVIII, entrou em declínio ao final do século; em seu apogeu, no entanto, aí se estabeleceram diversas cidadelas, ocorrendo um considerável afluxo de escravos para a região, e, como consequência, o surgimento de vários quilombos. Foram localizadas ruínas de antigos arraiais, somadas à áreas de prospecção e extração de ouro e a complexos sistemas de diques e canais para condução de água e lavagem de cascalho; nos quintais das casas atuais da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, implantadas sobre alicerces de antigas habitações coloniais proliferam faianças portuguesas, porcelanas chinesas, frascos antigos, balas de canhão, etc. Um conjunto de vestígios encontrado na região (manchas de terra escura correspondentes a fundos de cabanas com grandes concentrações de cacos cerâmicos, com formas e decorações que não podem ser atribuídas a culturas pré-hispânicas) apresenta a possibilidade de se tratar de um quilombo.

O A. coloca a sua apreensão quanto à continuidade do trabalho, com apenas a primeira etapa concluída, tendo em vista a total falta de perspectivas nos órgãos patrimoniais.